

Estado de São Paulo

# RELATORIO FINA

Projeto de Lei Complementar Nº
PROMOVENTE: MESA DA CÂMARA MUNICI PAL
ASSUNTO: CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE
ESTUDOS PARA ACOMPANHAR AS OBRAS QU
ENVOLVEM A DUPLICAÇÃO DA AVENIDA
ANTONIA MUGNATO MARINCEK, CONFORME ES
REQ. Nº 41.741/16 - ALESSANDRO MARA
COMISSÕES
RES. Nº 258/2016
JUSTIÇA/REDAÇÃO - OBRAS - EDUCAÇÃO - SAÚDE - MEIO AMBIENTE - FINAN

APROVADO: LEI COMPLEMENTAR Nº	DE// NEGADO EM//
RETIRADO EM//	PREJUDICADO EM//
OFÍCIO Nº	
OBSERVAÇÕES:	



Estado de São Paulo

### RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO

### **ESPECIAL DE ESTUDOS**

C.M.R.P Res. 258/6 F1. 02 Rub. P.W

I. RESUMO DA CEE

A Câmara Municipal de Ribeirão Preto aprovou na sessão ordinária do dia 10 de novembro de 2016, o requerimento nº 41.741 de autoria do vereador Alessandro Maraca, visando "ACOMPANHAR AS OBRAS QUE ENVOLVEM A DUPLICAÇÃO DA AVENIDA ANTÔNIA MUGNATTO MARINCEK".

O requerimento para a constituição da Comissão Especial de Estudo levou em consideração os inúmeros problemas e pontos que devem ser observados, tais como:

- A necessidade de acompanhamento por parte desta Casa de Leis, notadamente no que tange a competência fiscalizatória, neste caso envolvendo o projeto de duplicação da Avenida Antônia Mugnatto Marincek;
- A obra está inserida no PAC da Mobilidade por ser um eixo estrutural de acesso ao complexo Ribeirão Verde;
- A duplicação propiciará melhoria no fluxo e transporte da localidade, evidentemente pela via ser salutar para a ligação dos bairros Ribeirão Verde, Florestan Fernandes e Antônio Palocci;
- A duplicação envolverá inúmeras obras no entorno, tais como a implantação de corredor de transporte coletivo, ciclovia com pista

Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Av. Jerônimo Gonçalves 1200 – Ribeirão Preto / SP – Caixa postal 315 – CEP 14010-040



#### Estado de São Paulo

bidirecional, calçadas padronizadas e acessíveis, pontos de paradas novos, sinalização, mobiliário urbano e paisagismo e, ainda, obras de iluminação pública, dentre outros.

- Todo projeto beneficiará aproximadamente 70.000 moradores residentes no complexo Ribeirão Verde.

Neste sentido, o escopo da presente Comissão foi estudar e estimular o debate público em torno das alternativas e soluções para a Duplicação da Avenida Antônia Mugnatto Marincek.

#### II. DO TRÂMITE LEGISLATIVO

No trâmite legal, por despacho da Presidente desta Casa, elaborou-se o Projeto de Resolução nº 303/16, que aprovado, constituiu a Comissão Especial de Estudo, composta por 03 (três) vereadores, a saber: ALESSANDRO MARACA (PMDB), BERTINHO SCANDIUZZI (PSDB) e ELIZEU ROCHA (PP), sob a presidência do primeiro, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, Resolução nº 258/16, de 23 de novembro de 2016, devidamente promulgada pela Presidente da Câmara, vereadora Gláucia Berenice (1ª Secretária no exercício da Presidência), publicada no diário oficial do município de 25 de novembro de 2016.

#### III. DA INSTALAÇÃO E OITIVAS

#### PRIMEIRA REUNIÃO

A instalação da CEE ocorreu no dia 30 de novembro de 2016, às dezesseis horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, tendo como membros os vereadores Alessandro Maraca (Presidente), Bertinho Scandiuzzi e Elizeu Rocha.



#### Estado de São Paulo

O Presidente iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos e discorreu ainda sobre a importância da presente Comissão. Explicou os motivos que deram origem a CEE e declarou-a devidamente INSTALADA, nos termos legais e regimentais. Em seguida, manifestou que a presente CEE já tem um organograma dos trabalhos a serem desenvolvidos, designando para o dia 06 de dezembro a oitiva do Sr. Luiz Antônio França, presidente da Associação de Moradores do Ribeirão Verde. Pretendia ainda ouvir um representante da Prefeitura Municipal, bem como outras pessoas que porventura a Comissão entendesse necessário.

Em seguida, usou a palavra o Vereador Elizeu Rocha, membro desta Comissão, o qual cumprimentou a todos os presentes, enaltecendo a iniciativa do vereador Alessandro Maraca em constituir esta CEE, tendo em vista que seu objetivo é de suma importância para os moradores daquela região.

#### SEGUNDA REUNIÃO

Em segunda reunião realizada pela Comissão, aos 06 de dezembro de 2016, às dezesseis horas, reuniram-se na Câmara Municipal de Ribeirão Preto, na Sala de Comissões.

O Presidente iniciou a reunião, cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Fez um agradecimento especial ao Vereador Elizeu Rocha, que desde o primeiro momento se colocou à disposição para participar dos trabalhos.

Em seguida, convidou para compor a mesa, o vereador André Luiz da Silva, que como sempre, preocupado com os problemas da cidade, compareceu para acompanhar os trabalhos, bem como o Sr. Luiz Antônio França,



#### Estado de São Paulo

Presidente da Associação dos Moradores do Ribeirão Verde, que foi convidado para prestar informações sobre o objeto da presente Comissão, lembrando que ele sempre foi muito presente nesta casa, sempre trazendo reivindicações dos moradores e em especial desta obra e suas informações serão de suma importância para balizar os trabalhos desta Comissão.

O Presidente da Comissão, Vereador Alessandro Maraca, iniciou fazendo um relato sobre os motivos que o levaram a requerer a constituição desta Comissão Especial de Estudos.

Relatou que esta obra conta com recursos federais do PAC, e estes recursos deveriam já ter sido utilizados há tempos e esta obra começa a apresentar problemas desde a sua concepção.

Desde a abertura do Edital que apresentou várias irregularidades, e mesmo depois de licitada, a obra se inicia, a população daquele bairro fica com esperanças, e mesmo depois de concluída a licitação, as obras se iniciam com uma série de problemas e é paralisada.

Em seguida, cumprimenta também o Vereador Ricardo Silva e o convida para fazer parte da mesa. Lembra que desde o início, o Vereador Ricardo pediu para fazer parte desta comissão, sempre se mostrando interessado na solução dos problemas.

Acrescenta ainda o Presidente desta Comissão, Vereador Alessandro Maraca, que se percebe que mesmo iniciada, a obra anda lentamente, uma obra que não se manteve, não apresenta resultados e deixa a população receosa.



### Estado de São Paulo

Os moradores daquela região, levam cerca de 40 minutos a uma hora e meia para sair do bairro o que torna a obra emergencial e os problemas precisam ser resolvidos e esta casa não pode ser furtar na resolução deste sério problema.

Várias denúncias foram trazidas a esta Comissão pela Associação de Moradores, desde o problema de desapropriação dos imóveis, até o fato de que o asfalto que já foi feito, começou a ceder em alguns lugares.

Em seguida, o Presidente desta Comissão passa a palavra aos vereadores presentes, iniciando pelo vereador Ricardo Silva que cumprimenta a todos os presentes, se coloca à disposição desta Comissão para o que se fizer necessário.

Posteriormente, o Presidente desta CEE, passa a palavra ao Vereador Eliseu Rocha, membro desta Comissão, que cumprimenta o Vereador Alessandro Maraca pela iniciativa desta propositura.

Cumprimenta também os demais vereadores presentes, bem como o Sr. Luiz Antonio França. Com relação ao objeto da Comissão, manifestou que é muito importante o acompanhamento das obras, tanto por parte desta Comissão, como pela população, pois, os serviços prestados têm que atender ao seu objetivo desejado. Demonstrou preocupação com a qualidade da obra, pois, visitou o local e não se sabe ao certo como o solo foi compactado, tendo em vista que alguns locais já apresentam erosões. Isto é uma falta de respeito do Poder Público, pois, vende-se um serviço e entrega outro.

Após o Presidente da Comissão esclarece a todos os presentes C.M.R.P

que esta Comissão está andando o mais rápido possível.



#### Estado de São Paulo

Em seguida, o Presidente passou a palavra ao Vereador André
Luiz da Silva, que inicialmente cumprimentou a todos os presentes. Manifestou a
importância de todos em fiscalizar as obras, em especial os moradores daquela região.

O Vereador André Luiz da Silva se colocou à disposição desta Comissão, para ajudar no que for preciso. Argumentou que o Ribeirão Verde é um bairro emblemático, tem, inclusive, familiares que residem no bairro. Embora não faça parte como membro da Comissão, acompanha e comparece no local na condição de vereador, e se manifesta preocupado com o andamento da obra. Disse que presenciou um funcionário compactando o solo manualmente. Disse ainda que, a fiscalização mais importante e eficaz é a da população que mora na região.

Em seguida a palavra foi dada ao vereador Bertinho Scandiuzzi que inicialmente cumprimentou a todos os presentes. Disse que paralelamente a esta comissão, fez uma convocação ao Secretário Municipal de Obras, para vir a esta casa prestar esclarecimentos sobre a demora e as irregularidades desta obra, pois ela nem terminou e já apresenta defeitos. Relata que já fez requerimento, mencionando que teve informações que após a medição, dois pagamentos já foram feitos e um terceiro está na mesa de um diretor da Secretaria de Obras e não foi encaminhado para a CEF, mas entende que é até melhor que o pagamento não tenha sido feito, pois a obra já estava com defeito.

O Vereador Bertinho, membro desta Comissão, sugere que sejam convidados para prestar esclarecimentos, o engenheiro e o proprietário da empresa que está executando esta obra. Informa que foi procurado pela família Bim que são proprietários de uma das áreas, que estão preocupados, pois a desapropriação não aconteceu e estão querendo ocupar a área sem mesmo ter sido desapropriada. Finalizou dizendo que espera que com as informações tidas pelos vereadores e também com as informações que serão trazidas pelo Luiz Antonio



#### Estado de São Paulo

França, Presidente da Associação dos Moradores do Ribeirão Verde, esta comissão

possa chegar a um denominador comum.

O vereador Alessandro Maraca, esclareceu que as denuncias que se apresentam, serão todas averiguadas, mas é importante que sejam trazidos vários elementos a esta comissão, pois, assim, com as informações necessárias, chegar-se-á num juízo de valores e a um denominador comum.

Em seguida, Alessandro Maraca agradeceu imensamente a presença do Sr. Luiz Antonio Franca e elogiou o seu trabalho de forma voluntária e trazendo informações a esta comissão, sendo que o seu depoimento será o balizador das próximas condutas desta Comissão de Estudo.

Na sequência, o Vereador Bertinho Scandiuzzi anuncia a visita espontânea do engenheiro Ítalo, da equipe que está construindo a obra, e que está acompanhando esta reunião a quem inclusive, já havia sugerido que fosse ouvido por esta Comissão.

Com a palavra, o Sr. Luiz Antonio França, afirmou que o Ribeirão Verde tem uma população de aproximadamente 50 mil habitantes. Aduziu ainda que naquela região, contando as pessoas que ali trabalham e que se utilizam da avenida, podem passar 60 mil pessoas diariamente circulando naquela avenida. Relata uma esperança de que já era para estar pronta e desde 2005 luta para a duplicação desta avenida, inclusive no orçamento de 2004 já constava uma verba para iniciar os trabalhos, mas não foi concretizado. Apenas em 2013, foi iniciado o trabalho de contratação.

Discorre que a obra está sendo feita com muito atraso e o pedido dos moradores à esta Comissão, é que ajudem a não deixar a obra ser paralisada. Esta é uma obra importantíssima não só para região, mas para a cidade



#### Estado de São Paulo

como um todo. Hoje as pessoas que saem do bairro, vem para a cidade trabalhar, para o comércio, para indústria, para médicos, etc. e atrasando esta saída do complexo Ribeirão Verde, automaticamente vem fazendo uma cadeia de atraso e prejudicando terceiros. Lembrou que a cidade toda está sendo prejudicada, tratando-se de uma situação de calamidade pública, principalmente em dias de chuva, onde aumenta o tráfego de veículos.

Destaca que precisamos da duplicação, precisamos de uma saída de fato. Além da duplicação, é muito importante e necessário que seja feita também o entroncamento para a Rodovia Anhanguera, senão o problema não vai ser resolvido. Informa que já estão trabalhando esta reivindicação, e pede apoio a esta comissão e da Casa.

O Presidente da Comissão, Vereador Alessandro Maraca, solicita ao vereador Bertinho Scandiuzzi que leve esta reivindicação ao Governo do Estado. Solicita ao convidado, que ele faça um relato dos problemas que o bairro vem enfrentando em relação à obra, desde o início até hoje.

O convidado Sr. Luiz Antonio França, se compromete a trazer o relato por escrito, além de alguns documentos sobre a obra. Diz ainda que em princípio a associação dos Moradores foi contra este projeto, pois apresentaram uma outra solução que entendiam mais barata e mais rápida, que seria a Avenida Dr. Fernando Mendes Garcia, onde a avenida já sairia na rotatória, ou seja, no trevo que dá acesso à Anhanguera.

Mas a sugestão não foi atendida e a opção da Prefeitura foi mesmo a duplicação da Antonia Mugnatto Marincek. Após, surge o problema com a Licitação e todos os outros problemas.



#### Estado de São Paulo

Menciona que fez solicitação à Prefeita com abaixo-assinado, em várias reuniões com a então Prefeita, para que se desmembrasse a obra do pacote geral onde constavam várias outras obras da cidade e analisamos que daquela maneira ela seria viabilizada.

A Prefeita alegava que não tinha condições, então menciona que foram à OAB com abaixo-assinado e dados de que existiam meios de fazer este desmembramento e fazer uma licitação específica para esta obra.

Por seu lado, informa que a Prefeita pedia que pressionasse o Tribunal de Contas e a Câmara Municipal, mas nós não concordamos com isso.

Destaca que para a surpresa de todos, a Prefeita consultou a Caixa Econômica e teve o aval para fazer o desmembramento. A partir daí, foi possível iniciar a licitação.

Informa que já no início do processo licitatório, a Comissão de Licitação fez a impugnação de uma empresa, seis (6) dias antes dela apresentar os envelopes. A empresa por sua vez, ajuizou uma ação e conseguiu uma liminar para participar da Licitação.

Assim, a citada empresa participou e apresentou uma proposta bem menor que as demais empresas e aí começam novos problemas. Mencionou que acompanhou a reunião da Licitação e naquele momento, observou a reação do Sr. Secretário de Obras. Na hora, ele ficou em pânico e em desespero. Como a empresa estava impugnada e participou da licitação com uma liminar, o Presidente da Comissão disse que não poderia terminar o processo e que deveria ser encaminhado para o Jurídico para que fosse avaliado o que fazer.



#### Estado de São Paulo

Relata que o Sr. Abranche, Secretário de Obras, chegou a solicitar para a Associação dos Moradores que interferissem para evitar que aquela empresa vencesse. Informa que de antemão, marcou uma reunião com os integrantes da Associação de Moradores para tomar uma posição, pois o papel da Associação não é impugnar ou ver a situação de empresa. A posição da Associação é lutar para que a obra saia. Menciona que quem tem que fazer é a Prefeitura e não os moradores.

À pergunta do Presidente Vereador Alessandro Maraca, se assim que assinou o contrato e a ordem de serviço, a Associação já percebeu que teria problemas, o convidado respondeu que sim, pois como a empresa vencedora havia sido impugnada, sabiam que a Prefeitura não estava satisfeita com o desfecho, até porque esta empresa já tinha problema com outra obra. Foi convocada toda a imprensa e a população para a assinatura da Ordem de Serviço, mas sabiam que aquilo era uma encenação, pois haviam problemas sérios na questão de desapropriação.

Assim, desde o princípio relata ter problemas. Mas enfim, as obras se iniciaram em julho. Informam que estranharam que a obra tenha se iniciado pelo meio da avenida, mas depois souberam que aquele trecho era o único que estava liberado, pois, pertencia ao Município. Nos outros trechos, não seria possível fazer nenhum tipo de trabalho, pois as desapropriações ainda não estavam resolvidas.

No mês de setembro, relata perceber que a correndo.

A empresa fez por escrito, um relato sobre uma série de problemas, que o Sr. Luiz Antônio Franca. Pelo relato da empresa, falta desapropriação, falta projeto de orçamento da CPFL, há ainda problemas com



### Estado de São Paulo

postes que precisam ser retirados pela CPFL, canos que tem que ser autorizados pelo DAERP, além do atraso no pagamento das medições.

Aduz que o projeto do meio ambiente está na secretaria há 90 dias sem solução. Lembra que a avenida conta com 5 mil e cem metros lineares aproximados. Deste trajeto, apenas mil metros pertencem a Prefeitura, o restante pertence a particulares e deverá haver desapropriação.

Entende o depoente que a Prefeitura está postergando a obra, para que a empresa não chegue num ponto de terminar o que é possível e após, ficar sem trabalho.

Em seguida o Vereador Elizeu Rocha pergunta sobre as áreas pertencentes aos particulares, no sentido de saber se a Prefeitura fez alguma reunião com os proprietários sobre acordos referentes às desapropriações.

Esclarece o convidado, que a Prefeitura procurou os proprietários individualmente, propondo pagar os valores parcelados. Ao que consta, embora acordado, nenhum pagamento foi feito.

Em seguida o vereador André fez uma sugestão sobre o convite ao Secretário, ao engenheiro ou um representante da Prefeitura, entendendo que com os esclarecimentos a serem prestados, talvez faça a comissão andar mais rápido.

O Presidente da Comissão, Vereador Maraca, consulta o Vereador Bertinho, que tem um requerimento aprovado de convocação do Secretário de Obras, no sentido de que ele venha o mais rápido possível.



### Estado de São Paulo

O Vereador Bertinho diz que concorda e será preciso que a mesa da Câmara agende o dia e que seja na mesma data desta Comissão de Estudos.

O Presidente solicita ainda ao Vereador Bertinho Scandiuzzi se ele aceita ser nomeado como relator desta Comissão, tendo ele de pronto aceitado e se colocado à disposição.

Em seguida foi dada a palavra para o Vereador Papa; que inicialmente cumprimentou todos os presentes, os membros da Comissão e o Sr. França. O vereador disse que no início, tentaram culpá-lo por ele ter colocado a público as irregularidades desde o Edital e com o decorrer dos acontecimentos, ficou provado que ele estava com a razão. Agradeceu ao França, pela maneira equilibrada que tratou destes lamentáveis desentendimentos da época.

Lamentou ainda, que nos próximos dias teriam que enfrentar problemas muito maiores. Colocou-se à disposição desta comissão, manifestando que da mesma maneira que combateu as irregularidades constantes do Edital, também combaterá a negligência desta administração, em não pagar o que deve.

Presente também o vereador Franzé, disse que quer trazer solidariedade e apoio a esta comissão.

Finalmente, o Presidente solicita ao convidado, se além de tudo que ele já trouxe a esta Comissão, se ele ainda tem algum fato a ser exposto.

O Sr. Luiz Antonio França reafirma que deixará por escrito todos os problemas que estão afetando o andamento das obras. Pediu encarecidamente que todos os vereadores se empenhem para que a obra prossiga e termine bem. Com a presença do Sr. Italo, representante da empresa que está executando a obra, o Sr. Presidente o convida para vir prestar esclarecimento a esta comissão.



### Estado de São Paulo

Sugere o Presidente desta Comissão que saíssem com uma data previamente agendada, aproveitando a presença do Sr. Antonio Italo Delarcina Junior, administrador da empresa Drio Engenharia, se ele poderia comparecer no dia 08 de dezembro de 2016, quinta feira, tendo o mesmo se comprometido a comparecer.

Após esta reunião, já ficou designada reunião para o dia 13 de dezembro de 2016, terça-feira, para ouvir o secretário de Obras, Sr. Abranche Fuad Abdo, bem como o engenheiro Ailton Vieira de Souza Leite, responsável pela fiscalização desta obra. A Comissão decide também, expedir oficio ao DAERP para que o mesmo informe que problemas existem que estão impedindo a ordem para colocação de canos necessários à obra, bem como à Secretaria do Meio Ambiente que ainda não despachou o projeto de extração de árvores que também estão atrapalhando a obra.

Decidem também remeter oficio a Caixa Econômica Federal, para que informe a esta comissão, quantos pagamentos foram feitos e qual o saldo existente até a conclusão das obras.

Após a manifestação de todos os vereadores, manifestou ainda o Presidente, que os vereadores Marcos Papa e Ricardo Silva, solicitaram fazer parte da presente Comissão e esta solicitação será deliberada na próxima reunião. Em seguida, usou a palavra o Vereador Elizeu Rocha, membro desta Comissão, cumprimentou a todos os presentes, enaltecendo a iniciativa do Vereador Alessandro Maraca em constituir esta CEE, tendo em vista que seu objeto é de suma importância para os moradores daquela região.

TERCEIRA REUNIÃO



#### Estado de São Paulo

Em terceira reunião realizada pela Comissão, aos oito dias do mês de dezembro de 2016, às 16:00 horas, reuniu-se na Câmara Municipal de Ribeirão Preto, no Salão Nobre desta casa de Leis.

O Presidente iniciou a reunião, cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Fez um relato do trabalho que já foi executado por esta Comissão, bem como a importância da mesma. Justificou a ausência do Vereador Bertinho Scandiuzzi, que se encontra no Salão Nobre acompanhando uma outra Comissão Parlamentar de Inquérito da qual também é membro.

Agradeceu o ofício recebido do Vereador Maurício Gasparini, justificando sua ausência, mas se fazendo representar por seu assessor Luis Fernando de Souza, o qual será anexado aos autos.

Presidente da Associação dos Moradores do Ribeirão Verde, que faz a entrega, conforme havia se comprometido na reunião anterior, ao Presidente da Comissão, Vereador Alessandro Maraca, de um ofício relatando os problemas surgidos após o início das obras, bem como documentos que foram fornecidos pela empresa. O Presidente determina a juntada aos autos. Em seguida, tendo em vista a ausência do convidado que seria ouvido hoje, Sr. Antonio Italo Delarcina Junior, representante da empresa Drio Engenharia, decidiu a comissão manter o cronograma previamente estabelecido e mantendo a reunião já designada por esta Comissão, para o dia 13 de dezembro, terça feira, às 16 horas, oportunidade em que foram ouvidos os Senhores Abranche Fuad Abdo, secretário de Obras e o Sr. Ailton Vieira de Souza Leite, engenheiro que fiscaliza a obra.

Após a oitiva dos representantes da Secretaria de Obras, esta Comissão deliberará sobre a oitiva do Sr. Antonio Italo Delarcina. Decidiram, ainda,



#### Estado de São Paulo

solicitar da Secretaria da Administração, cópia do Processo Licitatório e cópia do Contrato de Prestação de Serviços com a empresa vencedora.

Em seguida, o Presidente desta Comissão, passa a palavra ao Vereador Elizeu Rocha, que cumprimenta todos os presentes e em seguida, manifesta sua preocupação com a ausência do representante da empresa Drio que executa a obra, que embora tenha se comprometido a comparecer, não justificou sua ausência.

#### QUARTA REUNIÃO

Em quarta reunião realizada pela Comissão, aos treze dias do mês de dezembro de 2016, às 16:00 horas, reuniu-se na Câmara Municipal de Ribeirão Preto, no Salão Nobre desta casa de Leis, sob a Presidência do Vereador Alessandro Maraca, do PMDB, e dos membros, Vereadores Bertinho Scandiuzzi (PSDB) e Elizeu Rocha (PP), todos presentes a esta reunião.

Presentes também os vereadores Dadinho, a quem o Presidente cumprimenta e agradece a presença.

O Presidente iniciou a reunião, cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Esclareceu que a presente reunião foi designada para ouvir os senhores Abranche Fuad Abdo, Secretário de Obras deste Município e o Engenheiro Sr. Ailton Vieira, funcionário público de carreira da Prefeitura Municipal desta cidade, sendo que ambos aceitaram o convite desta comissão e compareceram para prestarem os devidos esclarecimentos.

O Presidente fez uma breve explanação sobre o andamento desta comissão e o que se apurou até o momento. Esclareceu que é a quarta reunião



#### Estado de São Paulo

pública desta comissão e que seus membros já fizeram algumas visitas ao local da obra, colheram informações, fotos e nesta oportunidade, poderão ser dirimidas algumas dúvidas.

Em seguida, o Presidente faz as seguintes perguntas ao Sr. Secretário de Obras: quando esta obra teve início, qual o valor do contrato e qual o prazo para execução?

O Sr. Secretário de Obras, Abranche Fuad Abdo, antes de responder as questões, cumprimentou a todos os presentes e respondeu que a obra teve início em 17 de junho que é a data da Ordem de Serviço, quando efetivamente se começa uma obra.

A empresa que vencer a licitação, a partir daí tem uma série de requisitos a serem cumpridos. Depois assina o contrato, junta a RT do responsável técnico, bem como novos documentos, e só aí é emitida a Ordem de Serviços, que é quando efetivamente se inicia uma obra.

O valor do contrato é de R\$ 25.373.266,53 milhões. Estamos agora na quinta medição, perfazendo um montante de R\$ 2.052.680,34. Desse total, há que se retirar a quinta medição, no valor aproximado de cem mil reais, que ainda não foram pagos.

O Presidente perguntou se esta quinta medição deixou de ser paga e está em atraso, porque o pedido está parado na mesa do engenheiro Ailton.

O Sr. Abranche diz que absolutamente, que esta informação é inverídica. "Somos representantes da Prefeitura Municipal e assinamos um contrato e esta empresa já não cumpriu o contrato do Jardim Itaú. E vocês podem perguntar porque contratá-la novamente e eu respondo que fomos obrigados por uma medida



#### Estado de São Paulo

liminar em um Mandado de Segurança. Fico um pouco irritado e não me permito ser colocado no mesmo nível de alguns diretores desta empresa. Tenho 40 anos de profissão, doze anos de Secretaria de Obras, temos 300 milhões de contratos executados nesta administração e 200 contratos licitatórios, acho que nenhum secretário ou administração realizará metade do que foi realizado e minha indisposição contra eles é porque prometeram diversas vezes a nós e aos moradores

do bairro entregar as obras do Jardim Itaú e não entregaram", afirmou.

Em seguida, o Sr. Abranche, explica os trâmites do processo de licitação. "Você tem um projeto, você quantifica o projeto, coloca os preços de tabela no processo e várias empresas se apresentam para a licitação. Todas as empresas precisam estar cadastradas. Se tiver alguma impedida, a comissão inabilita esta empresa. Neste caso específico, esta empresa foi inabilitada. Entrou com Mandado de Segurança e conseguiu se habilitar. O processo licitatório começou há aproximadamente 8 meses, com a publicação do Edital. Neste Edital tem um contrato que a empresa tem que assinar e se comprometer com o serviço. Esta empresa venceu a licitação, assinou o contrato e foi emitida a ordem de serviço. Pelo contrato a empresa tem que desenvolver o projeto executivo, entregá-lo antes das medições, tem que fazer a outorga das pontes, que está dentro do projeto executivo e tem que fazer o projeto de licença ambiental. Quem tem que fazer o projeto ambiental é a empresa, pois não pode um órgão fazer um projeto e ele mesmo conceder a licença. Então separamos a obra, disponibilizamos a área totalmente desimpedida, em frente ao condomínio que tem até a escritura das partes. Isto foi combinado com o proprietário da empresa. Quando acabasse este trecho e fizesse a rotatória, passaríamos o trânsito para o outro lado, e trabalharia neste outro trecho, com uma área de aproximadamente 800 metros, pois este trecho não necessitaria aguardar estes projetos. Neste trecho, teria trabalho para mais de 6 ou 7 meses. E como a obra teria que ser feita para garantir a qualidade? A empresa precisa ter um laboratório e a prefeitura contrata um outro laboratório. O projeto da



#### Estado de São Paulo

avenida compreende uma caixa de 35 centímetros, que vai sendo controlada a compactação e a umidade do solo. Tem uma camada de BGS, que é uma mistura de pedra britada de várias peneiras e uma capa de 5 centímetros de asfalto. O laboratório antes de completar esta primeira fase, tem que pedir autorização para a Secretaria de Obras e apresentar o laudo do laboratório. Na segunda etapa, ele tem que repetir o processo, fazer as amostragens, para chegar na terceira etapa e informar quem é o fabricante do asfalto. Tem que trazer o ensaio do laboratório que vai revelar a granolometria, o teor de betume, que não pode passar de cinco, a temperatura ideal, e todos os cuidados para garantir a qualidade do asfalto. Sem que apresente toda esta documentação não podemos emitir o ok na nota. Fica então respondido, que a nota não fica parada na mesa do engenheiro".

Às perguntas do Presidente, o Sr. Secretário, depois de

consultar o Sr. Ailton, informa que entregaram agora. "A Secretaria não tem obrigação de ficar orientando uma empresa de engenharia. A empresa começou a fazer o serviço e pelo projeto são 15 centímetros, mais 15 centímetros, mais 5 ou seja, são 35 centímetros. O fiscal foi na obra, mediu a caixa e constatou que estava com 28 centímetros. Ele nos comunicou e nós comunicamos a empresa e dissemos que eles parassem imediatamente o serviço e que se eles fossem continuar, que arrancassem tudo. Pedimos que executassem o projeto como ele foi feito, caso contrário, rescindiríamos o contrato. Porque se o projeto não for executado à risca, com boas técnicas, vai acontecer o que vocês já me perguntaram. Já tem alguns lugares que afundou o asfalto. Isto é elementar. O trabalho foi bem feito, mas não seguiram normas como tampar as bocas de lobo. Por isso, entrou água na galeria, pressionou, vazou e solapou por baixo, independentemente do trabalho de compactação, o grau de umidade e o asfalto que estão corretos. Antes de acontecer isso, mesmo sem ser obrigação nossa, nós oficializamos a empresa, que tomassem cuidado nos dias chuvosos, como tampar as bocas de lobo, e etc. Mas para vocês entenderem a gravidade da situação, quando pedimos para refazer o serviço da



#### Estado de São Paulo

base, foi refeito e eu tenho aqui um Boletim de Ocorrência, que passo para as mãos desta comissão".

Neste ato, o Sr. secretário, faz a entrega de uma cópia do B.O., onde um fiscal contratado pela prefeitura, foi agredido por uma pessoa que estava junto com o Sr. Ítalo, fiscal da empresa que executa a obra, tendo ainda, o ameaçado de morte, sob a alegação de que ele estava atrapalhando as medições. Por este motivo e por temer novas agressões, nosso fiscal não quer mais comparecer no local. Parece que este foi o objetivo da empresa, aduz.

O Presidente da Comissão, Vereador Alessandro Maraca, pergunta ao depoente, o porquê a obra está tão lenta. Disse que tem passado por lá e quase sempre, não tem ninguém trabalhando. Respondeu o Sr. Secretário de Obras, que isso se deve a inoperância da empresa, porque até a rotatória, não tem nenhum impedimento. Poderia estar pronta.

Disse ainda o Sr. Presidente, que soube pelo responsável pela empresa que está executando as obras, que o local tem fiação e postes, que precisam ser retirados ou remanejados pela CPFL. Disse ainda que soube pelo técnico da empresa, que a CPFL já mandou o orçamento e está esperando a ordem para efetuar o trabalho e que isso poderia ser feito e pago depois.

O Sr. Secretário de Obras disse que isso não é possível. A CPFL não faz nada sem receber antes. Disse ainda que a empresa tem que chegar até a rotatória, pois este é o primeiro trecho que está pactuado com a Caixa. Teria outros trechos que poderiam ser liberados, mas não podiam fazer isso, porque a empresa faria muita bagunça e já está constatado que a empresa não tem capacidade operacional.



### Estado de São Paulo

Diz ainda o Presidente Alessandro Maraca que soube pela empresa que tem ainda outros dois pedidos, um no DAERP para modificaçõestubulares e outra do projeto ambiental.

Em resposta, diz o Secretário, que pelo Edital e pelo Contrato; a obrigação de requerer a autorização do DAERP é da empresa. Eles teriam que entrar com um projeto total ao DAERP, pois isso é uma obrigação contratual da empresa. E não pode pavimentar antes que o DAERP autorize.

Às perguntas do membro desta comissão, Vereador Elizeu Rocha, se a empresa fez o pedido para o DAERP, o Sr. Secretário responde que a empresa tem que fazer um projeto, pois, eles fazem o requerimento e querem que no dia seguinte o DAERP autorize.

Insiste o Vereador Elizeu, em saber, se pelo descumprimento, a Secretaria notificou a empresa e gostaria que fosse exibida esta notificação a esta comissão.

O Sr. Abranche lê um item de uma notificação onde consta: "Antes de iniciar os serviços, verificar nos órgãos competentes, DAERP, CPFL, Gás Brasiliano, Telefônica e outros, as interferências existentes, evitando assim que as mesmas sejam danificadas e necessitem de reparos posteriores". Isto consta do Edital e do contrato e é de praxe.

O Sr. Secretário requer a juntada desta notificação, também cópia do Edital e do contrato. Requer também a juntada de outra notificação feita à empresa, instruídas por fotos das obras. Em seguida, o Sr. Secretário se manifesta em relação ao andamento do serviço. Diz que a empresa está notificada e se ela não cumprir o que está contratado, não terá como mantê-la. "Quero deixar claro, inclusive para os moradores, se a empresa pretendia fazer uma medição de 600 mil reais e ela mediu 161 mil, que já está liberado pela Caixa, que é a quarta medição. O

Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Av. Jerônimo Gonçalves 1200 - Ribeirão Preto / SP - Caixa postal 315 - CEP 14010-040



#### Estado de São Paulo

que se conclui disso: Eu tenho uma obra de 25 milhões, e se ela tem 24 meses, se não medir um milhão por mês, está fora a conta".

Às perguntas do Sr. Presidente, se a obra tem 4kms, e o espaço liberado até agora é de 800 metros, se a empresa tivesse cumprindo, a obra continuaria? Pois sabemos que tem problemas com desapropriação.

Em resposta, o Sr. Secretário de Obras responde que tem outras áreas que poderiam ser liberadas, mas a empresa precisaria ter capacidade operacional. Ela não concluiu nem estes 800 metros, tendo feito apenas uns 500 metros. Ainda teriam serviço para mais ou menos 4 ou 5 meses.

Pergunta ainda, se fracionar a obra, não pode haver prejuízo para a conclusão?

O Sr. Abranche, diz que não, pois a prioridade é este primeiro trecho, ou seja, até o trevo da Anhanguera. Ao concluir este trecho, liberaria o outro lado da pista. A empresa poderia chegar até a rotatória pois está tudo liberado. Pergunta ainda o Presidente da Comissão, se a Prefeitura teria dinheiro para indenizar as desapropriações. O depoente responde que se priorizasse essa questão, poderia ter.

Ainda com relação às desapropriações, disse que estão trabalhando muito para resolver as pendências. Tem áreas que foram feitas doações e trocas de áreas. A parte técnica está toda pronta. A área que estamos trabalhando é pública e já tem até escritura. Outras áreas tem uma série de demandas, pois pertencem a Espólio, outra área discute usucapião. Todos estes casos estão no Jurídico da Prefeitura, para analisar e depois fazer os pagamentos das indenizações.



#### Estado de São Paulo

Em seguida a palavra é passada para o vereador Bertinho Scandiuzzi, que diz que a empresa chega aqui e fala uma coisa, a Prefeitura diz outra coisa. Sugere que chamemos aqui o dono ou responsável pela empresa, para tirarmos estas dúvidas e cobrarmos dela.

Diz o secretário que têm experiência e vivência com esta empresa. Diz ainda que chegou a chamar o proprietário, para tentar resolver o andamento da obra com ele.

O vereador Bertinho, consulta o secretário de obras, para juntamente com esta comissão e com representantes do bairro comparecermos todos no local das obras para fazer uma avaliação.

Diz o depoente que compareceram em várias obras com o representante da equipe de transição e todas as vezes que fomos lá, não havia ninguém trabalhando. Em todas as outras obras que comparecemos, todos estavam trabalhando, com exceção desta empresa. Pergunta ainda o Presidente se este local que está com problemas no asfalto já foi pago e se a Prefeitura agora cobra da empresa?

Diz o depoente que sim, mas que a próxima medição está prejudicada enquanto não forem resolvidas estas questões. A empresa já foi notificada sobre isso.

Em seguida, o membro desta comissão, vereador Elizeu Rocha, manifestou que esta empresa foi terceirizada, e se não temos uma barreira para vermos se a terceirizada tem condições de fazer as obras, se tem capacidade financeira e técnica. O Sr. Secretário responde que a empresa vencedora, no caso, a Prime, esta sim se responsabiliza financeiramente pela obra e ela tem o direito de terceirizar serviços.



#### Estado de São Paulo

Em seguida o Sr. Luiz Antonio, representante do vereador Mauricio Gasparini, diz que se esta empresa já deu problemas em obras anteriores, a Prefeitura não tomou providências no sentido de inabilitá-la? O depoente afirmou que sim, mas que esta empresa participou e venceu amparada por uma decisão judicial.

Em seguida o vereador Bertinho Scandiuzzi, fez uma intervenção, dizendo que diante do comparecimento do Sr. Secretário a esta comissão, através de convite, ele entende que não há necessidade da convocação para comparecimento em plenário, dispensando-o de tal incumbência.

Diz ainda o vereador, que gostaria de continuar contando com o secretário para eventuais esclarecimentos pendentes.

O Presidente desta comissão diz que foram bons os esclarecimentos do depoente, pois, precisamos também responsabilizar a empresa, já que quem está sofrendo muito com isso é a população do bairro, que tem inúmeras dificuldades em se locomover e sair do bairro e isso acaba com a paciência dos moradores.

O Senhor Secretário diz que é injusto que os moradores achem que a Prefeitura tem culpa pelo atraso das obras e isso não é verdade.

Esta obra nem estava prevista no PAC e foi incluída por empenho da Sra. Prefeita.

Em seguida, o vereador Dadinho fez uso da palavra, discordando do Sr. Secretário, pois entende que a população não é injusta. Sugere

Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Av. Jerônimo Gonçalves 1200 – Ribeirão Preto / SP – Caixa postal 315 – CEP 14010-040



#### Estado de São Paulo

que esta comissão deveria chamar a empresa e o Secretário juntos, para não haver este jogo de empurra.

O Sr. Presidente da comissão diz que ouvirá o representante da empresa e ser for necessário, posteriormente fará uma acareação entre ambos. Em seguida o Sr. Luiz Carlos França usa da palavra, e em primeiro lugar, diz ao senhor secretário que ninguém da Associação de Moradores e ninguém do bairro está sendo manipulado como ele afirmou e pede que ele corrija essa afirmação. A Associação está há tempos tentando marcar uma reunião com o secretário e até hoje não conseguiu uma resposta. Estas informações que o secretário está passando para esta comissão, ele nunca passou para a Associação dos Moradores, porque nunca conseguimos falar com ele, menciona.

Disse o Sr. Secretário que não estava sabendo deste pedido e se colocou à disposição para conversarem. Se dispôs a recebê-lo amanhã. Iniciou-se um entrevero entre ambos, contido pelo Sr. Presidente desta comissão, que disse ao Secretário, que foram importantíssimas as informações trazidas hoje, pois, tanto a comissão como os moradores, observam a obra parada e o que ouvem é que tudo estava parado porque a empresa não podia trabalhar.

Por este motivo, foi muito bom os esclarecimentos prestados pelo Sr. Secretario. "Nós da comissão, ouviremos o representante da empresa, e se for necessário, gostaríamos de ouvi-lo novamente. Entendemos todos os argumentos trazidos pelo depoente, mas a Prefeitura tem todos os meios de exigir o cumprimento do contrato. Temos preocupação com alguns pontos que precisam ser resolvidos pela Prefeitura, como é o caso das desapropriações e da fiação da CPFL. O caso da agressão ao fiscal, também é grave, mas a Prefeitura tem meios de proteger seu fiscal, que deverá continuar seu trabalho", menciona Maraca. Disse finalmente, que a comissão está aberta a receber todas as informações e documentos inerentes a esta obra.



### Estado de São Paulo

#### QUINTA REUNIÃO

C.M.R.P Res. 258/16 F1. 26 Rub. PX

Em quinta reunião realizada pela Comissão, aos vinte e um dias do mês de fevereiro de 2017, às 14:30 horas, reuniu-se na Câmara Municipal de Ribeirão Preto, na Sala de Comissões desta casa de Leis, sendo Presidente o Vereador Alessandro Maraca (PMDB) e membros os Vereadores Bertinho Scandiuzzi (PSDB) e Elizeu Rocha (PP), estando todos presentes a esta reunião.

Presente também o vereador João Batista, bem como o Presidente da Associação dos Moradores do Complexo Ribeirão Verde, Sr. Luiz Antônio França.

Informou que foi convidado pela Comissão, para prestar esclarecimentos nesta reunião, o Sr. Wagner Bonini, representante da empresa Prime que compareceu, se colocando à disposição.

O Presidente da Comissão agradece a presença do Sr. Wagner e diz que essa Comissão já ouviu o depoimento do Secretário de Obras da administração anterior, de moradores, fez também diligências, juntou documentos e já tinha preparado algumas perguntas e com as respostas, menciona que ele pode se desejar, fazer suas considerações. "Começo com as seguintes perguntas: A empresa Prime, venceu a licitação para fazer a obra de duplicação da Avenida Antonia Mugnato Marincek, com aproximadamente 5 quilômetros, partindo da Anhanguera, e adentrando no Ribeirão Verde, até os feirantes. Qual o valor total da obra e se ela foi terceirizada?"

Perguntou ainda se à época foi autorizada a terceirização de parte de obra. O senhor Wagner, em resposta disse que o valor da obra foi de R\$ 25.300.000.00, através de Concorrência Pública e a empresa terceirizou parte dos



#### Estado de São Paulo

serviços para a empresa Drio Engenharia, dizendo ainda que a terceirização de parte da obra é uma coisa normal. Perguntou, ainda, o Senhor Presidente da CEE, qual a etapa que foi terceirizada para a empresa Drio e o Sr. Wagner respondeu que a Drio fará apenas parte do serviço. A ponte será feita pela Prime. Aproximadamente, de 30 a 40 por cento será realizada pela Drio.

Pergunta, ainda, se houve autorização para a terceirização dos serviços e se foi exigido documentos de capacitação da empresa terceirizada. Responde o Sr. Wagner, que sim, houve autorização, inclusive por escrito. "A empresa Prime, ao terceirizar, exigiu documentos de capacitação técnica", informa.

Perguntou ainda o Presidente, se a Prime faz o acompanhamento e fiscalização dos serviços que estão sendo realizados pela empresa autorizada e a resposta é que sim. Disse o representante da Prime que tem fiscais acompanhando a obra.

Pergunta ainda se a empresa teve algum tipo de problema com fiscais. Em resposta, o Sr. Wagner disse que não, que não é verdadeira a informação de que um fiscal fora agredido. O que ocorreu foi um desentendimento entre um morador e um fiscal, tendo o morador feito alguma pergunta ao fiscal e não gostando da resposta, houve um desentendimento. Mas jamais a empresa teve participação como foi colocado pelo Secretário de Obras anterior.

Manifesta ainda o Sr. Presidente da CEE, Vereador Maraca, que a obra terá uma extensão de aproximadamente 5 quilômetros, mas sabe que a Prefeitura liberou, por enquanto, perto de um quilômetro e a pergunta é, porque esta parte liberada não foi ainda concluída e está atrasada?

O senhor Wagner, diz que o motivo principal é a chuva, mas também, depois que começou a operação sevandija, tudo parou na administração.

Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Av. Jerônimo Gonçalves 1200 – Ribeirão Preto / SP – Caixa postal 315 – CEP 14010-040



### Estado de São Paulo

"A obra começou em agosto e com todos estes problemas, realmente atrasou. O trabalho de terraplanagem não pode ser feito com chuva e isso atrasou demais."

Pergunta o Presidente, se a empresa tivesse que culpar alguém pelo atraso na obra, quem ele culparia, a empresa, a prefeitura ou o clima. Diz o Sr. Wagner, que todos têm uma parcela de responsabilidade. A empresa alega ainda, que a Prefeitura ainda não pagou a medição feita em outubro do ano passado. A empresa está sem receber desde novembro, ou seja, há quatro meses e isso prejudica muito o trabalho, além do excesso de chuvas. Mas mesmo que isso não tivesse ocorrido, ou seja, se os pagamentos estivessem em ordem e se não tivesse chovido, mesmo assim, a obra estaria atrasada, pois há o problema com desapropriação.

O Presidente da CEE, Vereador Maraca, alega que a Prefeitura justifica que embora a desapropriação esteja atrasada, a empresa não terminou ainda a parte que está liberada. Diz o senhor Wagner, que tem trabalho para 10 dias nesta parte. Além da desapropriação, a Prefeitura não acertou com a CPFL para tirar os postes que estão atrapalhando a obra.

Disse o Presidente da CEE, que tem conhecimento que parte do asfalto que foi feito, está tendo que ser refeito e o Secretário de Obras da época, disse aqui em depoimento, que o asfalto cedeu porque as bocas de lobo não foram tampadas e isso ocasionou o desnível do asfalto.

O Sr. Wagner discorda e diz que todas as bocas de lobo foram tampadas. O que ocorreu, foi que mesmo com as bocas de lobo tampadas, o excesso de chuva fez que fosse armazenando água nos tubos que não foram liberados pela Prefeitura. Tenho documentos que comprovam que a responsabilidade de alguns problemas não é da empresa.



#### Estado de São Paulo

Perguntou ainda o Presidente da CEE, se a Prime possui todos os documentos para realizar as obras. Disse o Sr. Wagner, que já deu entrada na Secretaria do Meio Ambiente, no Daerp, no DAEE, onde vai fazer a ponte e nos demais. Disse o Presidente da CEE, que conversou na Secretaria de Meio Ambiente e eles disseram que o projeto só deu entrada este ano, então porque não deu entrada nestes papeis no ano passado? O Sr. Wagner, disse que esta foi a mesma pergunta que o atual secretário fez a ele, quando ele foi cobrar porque o DAERP ainda não liberou. O secretário ligou no mesmo momento para o DAERP, e este disse que a planta não tinha dado entrada lá. "O que ocorreu, é que nós entregamos todos os projetos na Secretaria de Obras e esta não encaminhou ao órgão competente. A responsabilidade de encaminhar os projetos entregues pela empresa é da Prefeitura".

O senhor Wagner se comprometeu a juntar todos os protocolos que comprovam que foi dado entrada nos projetos. Alega, ainda, que a responsabilidade de alguns projetos é da Prefeitura.

Pergunta ainda o Sr. Presidente, se a empresa fez um projeto de tráfego. Diz o Sr. Wagner, que não fez e não se lembra se este projeto é de responsabilidade da empresa. Ele acha que não. Ele acha que isso é por conta da Prefeitura que deverá ter a interferência da Transerp.

Pergunta ainda o senhor Presidente se ele tem um cronograma da obra e se ele pode dar uma previsão de término de obras. Disse o Sr. Wagner, que já conversou sobre isso com o atual Secretário de Obras, e previu que se a Prefeitura fizer a parte das desapropriações e o pagamento da CPFL e a outorga do DAEE para fazer a ponte, eles terminam até agosto ou setembro o trecho que vai da igrejinha até a Anhanguera. Este cronograma já foi entregue ao atual secretário de Obras. O projeto da CPFL, falta apenas a Prefeitura pagar a taxa, que é por volta de 500 mil reais, para liberar o canteiro com a retirada dos postes. Precisa também da aprovação do DAERP.



#### Estado de São Paulo

O Sr. Presidente diz que oficiou ao DAERP e este informou que ainda não recebeu o documento. Diz o senhor secretário, que na verdade, a Secretaria de Obras não havia entregue os documentos, o que foi feito no mês de janeiro agora pelo atual secretário. Diz ainda, que o atraso das obras se justifica em decorrência das chuvas. Volta a afirmar que no mês de setembro, nada andou na Prefeitura, por causa da operação sevandija.

Em seguida, o presidente manifesta que convidou para esta reunião, todos os vereadores, a imprensa, o atual secretário de obras, que por sinal, será o próximo convidado a prestar esclarecimentos. O senhor Presidente fez um balanço de tudo que foi feito até o momento.

Em seguida, o presidente passa a palavra ao Vereador Elizeu Rocha, que iniciou cumprimentando e agradecendo a presença de todos e em especial do Sr. Wagner.

Manifestou o vereador Elizeu que esta comissão conhece bem aquela região e está muito preocupada, tanto com o atraso, como também com as rachaduras que ocorreram no asfalto.

O Sr. Wagner, explicou que as rachaduras decorreram de problema de falta de tubulação para escoar a água. Este problema está sendo solucionado agora pela empresa. Também em resposta ao vereador Elizeu, disse o Sr. Wagner que a empresa vai entregar a obra com qualidade e com garantia, pois está solucionando todos os problemas.

Pergunta ainda o vereador Elizeu se com relação à ponte que ainda não foi liberada, se eles não podem correr com isso, tendo em vista que este é



#### Estado de São Paulo

um serviço muito demorado. Disse o senhor Wagner, que já está encomendada a ponte que será pré-moldada e assim que fizer as desapropriações, poderão dar andamento na colocação da ponte que já está sendo feita.

Em seguida, o Vereador Maraca, passou a presidência ao Vereador Elizeu, por ter outro compromisso e terá que se ausentar.

Em seguida, o vereador Elizeu Rocha passa a palavra ao Vereador Bertinho Scandiuzzi que questiona se o Sr. Wagner saberia quantos proprietários têm direito a desapropriação e se algum já recebeu os valores. Disse o Sr. Wagner que pelo que sabe, todos os proprietários já foram contatados, e quase todos, aceitaram o valor proposto pela prefeitura, com exceção de dois proprietários, mas acredita que ninguém ainda recebeu.

Em resposta ainda ao Vereador Bertinho Scandiuzzi, diz que as negociações foram feitas pela Administração anterior. Perguntou ainda se o Sr. Wagner sabe se houve a interferência de fiscais que prejudicaram o andamento das obras. O Sr. Wagner, afirma que realmente houve alguns momentos em que tentaram interferir. Por exemplo, às vezes eles pediam para fazer alguma coisa que não constava do projeto e se não fizesse eles não concordavam com a medição e atrasavam o pagamento. Aconteceu algumas vezes, de eles não concordarem com a medição. Mesmo a Caixa Econômica concordando, eles glosavam e pagavam em parte a medição e acabávamos concordando porque senão não receberíamos nem a parte.

Perguntou ainda o Vereador Bertinho Scandiuzzi, se está tendo um bom relacionamento com a atual administração e se vê diferença com a administração passada. Disse que sim, que o governo atual tem atendido bem a empresa e com toda a transparência. Interferiu o advogado da Prime, dizendo que a administração passada, colocou alguns obstáculos que obrigou a empresa a ajuizar



#### Estado de São Paulo

dois mandados de segurança contra a comissão de licitação e ela só consegui participar, devido à interferência judicial.

Em seguida, foi passada a palavra ao Vereador João Batista, que disse que está se inteirando do assunto, porque conhece muita gente no Ribeirão Verde e que às vezes é questionado sobre o assunto.

Perguntou ainda, sobre os problemas da CPFL e o depoente explicou que a rede de água passará pelo canteiro central e para isso, precisará retirar alguns postes para fazer uma valeta no canteiro. Para isso, a CPFL já passou um orçamento, que está na mão da prefeitura para pagar, pois é obrigação desta.

Perguntou o vereador Elizeu, se é verdade que a Prefeitura fez algumas advertências à empresa. Disse o Sr. Wagner que sim. Isto procede. Mas todas as advertências que foram feitas foram respondidas.

Em seguida, foi dada a palavra para o presidente da Associação de Moradores, Sr. Luiz Antônio França. Esclarece que acompanham o desenrolar desta obra desde o início e sabe que a Prefeitura não queria que a Prime ganhasse esta licitação. Tentaram envolver os moradores, mas estes se negaram a compactuar com este objetivo, pois o interesse dos moradores era a obra e não a empresa que ganhasse. O interesse dos moradores não era atrapalhar a obra. "Outra colocação que eu gostaria de fazer, é por que a Prefeitura faz um projeto, licita uma obra em um local que não é de propriedade dela. Se isso não ocasionaria uma inversão de responsabilidade, uma vez que a Prefeitura joga sobre a empresa o atraso da obra. Então vem a pergunta, porque não concluiu ainda este trecho de menos de um quilômetro? E se concluísse este trecho, sem poder dar continuidade, não viria à tona a responsabilidade da Prefeitura em não desapropriar e liberar para a empresa fazer obra?"



#### Estado de São Paulo

Em resposta, o Sr. Wagner diz que a Prime é a segunda maior empresa em atestação de obras de Ribeirão Preto e Região. Isto demonstra que tem capacidade para fazer a obra. Se a Prefeitura quiser atrapalhar, basta colocar uma pessoa para atrapalhar que a obra não vai para frente. Se a prefeitura tiver andando com a empresa, com certeza a obra termina rápido. Se tivesse tudo certinho, hoje a empresa estaria parada porque foi feita um projeto em cima de um terreno que não foi desapropriado e não foi pago. É fácil colocar a culpa na empresa e não em quem está administrando. Aconteceu isso com a obra do Jardim Itaú. A prefeitura não prorrogou o prazo para terminar a obra, e ao contrário, aditaram inúmeras vezes o contrato com a empresa que fez o calçadão.

Outra pergunta do Sr. França, porque a medição de outubro para ser paga em novembro, não foi paga até agora, uma vez que o Sr. Wagner, no início, disse que seu relacionamento melhorou com esta administração. Disse o senhor Wagner que entende que a administração está assumindo agora e tomando pé da situação. A medição está na mão do engenheiro da obra para ser liberada. Possivelmente dentro de 15 dias será pago.

Concluindo, diz ainda o Sr. França, que tem preocupação de que terminem a obra, da igreja até a Anhanguera, deste um quilometro e depois, deixem o restante da obra paralisada. Diz o senhor Wagner que isso não deverá ocorrer, pois, a empresa tem prazo até 2018 para concluir a obra toda e sentiu que no decorrer deste prazo, a Prefeitura conseguirá fazer as desapropriações necessárias.

#### SEXTA REUNIÃO

Em sexta reunião realizada pela Comissão, aos vinte dias do mês de março de 2017, às 14:30 horas, reuniu-se na Câmara Municipal de Ribeirão Preto, na Sala de Comissões desta Casa de Leis, todos os membros presentes a esta



#### Estado de São Paulo

reunião. Além dos membros desta CEE, compareceu também o vereador Maurício da Vila Abranches. Presente também, o assessor parlamentar do Vereador Maurício Gasparini, Sr. Luis Fernando de Sousa que neste ato o representa e faz a entrega de um Ofício, anexado aos autos. Presente também o Presidente da Associação dos Moradores do bairro, Sr. Luiz Antonio França, bem como, diversos moradores daquela localidade.

O Presidente iniciou a reunião, cumprimentando e agradecendo a presença de todos, em especial do Sr. Pedro Luiz Pegoraro, atual Secretário Municipal de Obras de Ribeirão Preto que compareceu como convidado desta Comissão para prestar esclarecimentos nesta reunião.

O Presidente Vereador da CEE, Alessandro Maraca, manifesta que espera que esta seja a última oitiva desta comissão, que já ouviu o Secretário de Obras da administração anterior, o representante dos moradores, o proprietário da empresa vencedora da licitação, o representante da empresa terceirizada, além de outras pessoas.

Também foram juntados aos autos, vários documentos, feitas vistorias *in loco* e desejamos encerrar esta CEE, pois, depois de todo o trabalho feito, já temos um juízo de valores e a certeza de que podemos colaborar com a Prefeitura.

Fez um resumo do que foi feito pela comissão, desde a sua constituição em novembro do ano passado, chegando até o estágio atual. "Num primeiro momento apontamos alguns erros sobre o asfalto cedendo em alguns locais, algumas diferenças de materiais utilizados, medições, mas o mais importante é que tínhamos uma visão de que o problema era exclusivo da Prefeitura Municipal, mas no decorrer da CEE, percebemos que a maior parte dos problemas vem sendo causado pela empresa que venceu a licitação, pois, ela tem um espaço que poderia



#### Estado de São Paulo

ter trabalhado e neste pequeno espaço já teria que ter feito alguma coisa, pois esta obra teve autorização pra iniciar em julho do ano passado e este trecho ela faria em 2 ou 3 meses e já teria resolvido e não resolveu. Na última sessão que tivemos desta comissão, a desculpa era por conta das investigações que a administração foi submetida e a segunda desculpa foi a chuva. Ocorre que com tudo isso, este pequeno trecho já deveria estar pronto e aí sim, poderíamos cobrar a liberação de novos trechos. É claro que pelas informações que já temos, vamos apontar também falhas da Prefeitura, na questão das desapropriações, da gestão verde do projeto, da gestão das águas e da questão da CPFL, sendo que o projeto foi apresentado para a prefeitura desde o ano passado e ainda não foi autorizado. Assim, com estas oitivas e com a oitiva de hoje do Secretário, vamos elucidar mais algumas questões e tomar algumas providências enquanto CEE. O que podemos fazer enquanto Comissão é apontar caminhos e cobrar da prefeitura que ela tome algumas medidas. Temos que pensar na obra como um todo e não podemos mais esperar boa vontade desta construtora que até agora não teve. Não podemos procrastinar a obra com esta construtora, que só vai acarretar em mais atraso. O último a ser ouvido aqui, que até nos deixou feliz, foi o proprietário da Prime e ele disse que até agosto entregaria a primeira parte da obra, só que depois de uma semana, soubemos que a empresa terceirizada, por não receber, abandonou a obra. O proprietário da Dril, empresa terceirizada, esteve aqui, trouxe algumas medições e disse que não recebeu. Esta empresa retirou todos os maquinários e funcionários da obra que está paralisada. E quem está sofrendo com tudo isso são os moradores daquela localidade. Estive lá hoje para ver se teve alguma mudança, mas não, a obra está abandonada. Entendo que a atual administração herdou este problema, mas que terá que ser encarado de frente. Penso que algumas soluções drásticas deverão ser tomadas, se quisermos que esta obra tenha continuidade", aduziu Maraca.

Feito este preâmbulo, o presidente passa a palavra ao Vereador Bertinho Scandiuzzi, cumprimentou a todos os presentes e fez uma saudação ao Secretário presente, Sr. Pedro Luiz Pegoraro e disse que tem esperanção



#### Estado de São Paulo

de que agora, com a boa vontade da atual administração, a obra andará, pois é uma obra necessária. Uma das perguntas que eu desejo fazer, é para quem são pagos os valores quando apresentada a medição, para a Prime ou para a empresa terceirizada?

Voltou a palavra ao Vereador Maraca que disse que após a oitiva do Senhor Secretário, voltará a palavra aos vereadores para as perguntas e disse ainda que foram feitas algumas diligências, entre elas para a CEF e em resposta ao ofício enviado, recebeu como resposta que a Prefeitura já fez o pagamento de 4 medições, num valor total de R\$ 1.942.000,00 o que corresponde a 7% do total da obra.

Disse, ainda, que parte desta medição foi perdida, embora já tenha sido refeita, tendo em vista que a empresa deveria ter fechado as bocas de lobo e isso não foi feito. Em seguida a palavra foi passada para o Vereador Elizeu Rocha, que cumprimentou a todos os presentes e elogiou a conduta da nova administração, principalmente do Sr. Secretário de Obras. "Desde que assumimos, estamos acompanhando de perto esta obra, e percebemos a necessidade de ter a cobrança e a fiscalização e vimos que a obra não andava, e na verdade, nada andava em Ribeirão Preto. Percebemos que erros primários foram cometidos pela empresa que executou parte daquela obra, que se iniciou sem diálogo com os chacareiros na questão da desapropriação, além de que, a empresa terceirizada, tem pouca capacidade técnica. Não é normal que uma empresa faça toda a compactação do asfalto sem fechar as bocas de lobo, lógico que a água ia entrar e causar fissuras na pavimentação. Este trabalho terá que ser refeito. Espera que o Sr. secretário nos traga hoje boas notícias e boas respostas. Precisamos saber se a empresa já foi notificada", afirmou o Vereador Elizeu.



### Estado de São Paulo

Em seguida, o Sr. Presidente da CEE, vereador Alessandro Maraca, passa a palavra ao Vereador Maurício da Vila Abranches, que inicialmente cumprimenta a todos os presentes e elogia o trabalho desta CEE, manifestando que a Comissão está no caminho certo e em breve podemos ter uma posição melhor do que temos hoje. "Desde o início, já percebemos que aquela obra não seria concluída, pois todas as vezes que passamos por lá, víamos o tamanho da incompetência. E não só da empresa, mas também de todos os envolvidos no planejamento, na licitação, pois, todos sabiam que esta empresa não tem compromisso com nossa cidade, haja vista a obra que eles deixaram inacabada no Jardim Itaú. Vejo também irresponsabilidade dos vereadores anteriores que deixaram de cobrar e de fiscalizar. Temos que solucionar os problemas e diz que espera que providências sejam tomadas".

Em seguida, o Vereador Maraca, esclarece que no final da oitiva do Sr. Secretário, os moradores presentes poderão fazer suas perguntas, lembrando que o Secretário assumiu a pasta em janeiro deste ano e pode não ter informações sobre o passado.

Em seguida, passou a ouvir o convidado de hoje, Sr. Pedro Luiz Pegoraro. A primeira pergunta foi feita pelo Presidente da CEE, Vereador Alessandro Maraca, no seguinte sentido: A obra está paralisada? E em caso afirmativo por que motivo?

Inicialmente o Sr. Secretário cumprimentou a todos os presentes e disse que está à disposição para esclarecer o que tem afetado a comunidade e também a administração, que quer a obra acabada. Temos a incumbência do Sr. Prefeito de fazer as obras andarem e serem terminadas e é o que temos feito, nos reunindo com as empresas para vermos as obras terminadas.

Câmara Municipal de Ribeirão Preto



#### Estado de São Paulo

No caso concreto desta CEE e em resposta à primeira pergunta do Vereador Maraca, disse o Sr. Secretário que esta obra está realmente parada. Temos muitas preocupações com esta obra e desde o início do ano, no dia 4 de janeiro, nos reunimos com a empresa PRIME, para tentar resolver e entender o que estava acontecendo. Conversamos com o pessoal da Secretaria de Obras, com as demais secretarias sobre os projetos que envolvem esta avenida e para nossa surpresa verificamos que nenhum projeto foi protocolado pela empresa contratada. Para ser mais exato, são nove projetos e todos eles são de responsabilidade contratual da empresa contratada. São projetos de meio ambiente, DAERP, DAEE, infraestrutura, outorgas e muitos outros. Para ser mais exato, apenas dois destes projetos estão aprovados, ou seja, o de pavimento e o de galeria. Todos estes projetos, contratualmente são de responsabilidade da empresa. Colocamos tudo isso na reunião e perguntamos à empresa se eles fariam a obra e a resposta foi que sim. Ainda no mês de janeiro, o Sr. França esteve na Secretaria de Obras fez os seus questionamentos e na oportunidade, eu li para ele um e-mail que me foi respondido pela Prime, e ali vimos que a coisa estava parada. No dia 09 de fevereiro, fizemos nova reunião com a equipe de engenharia da Prime e na ata desta reunião, ficou ajustado que eles retomariam a obra, dariam sequência e hoje estamos no dia 17 de março e a obra está parada. Durante todo este tempo, não ficamos parados. No dia 17 do mês de dezembro, ainda pela administração passada, a empresa foi notificada, apontando todas as irregularidades, inclusive com fotos dos locais. Já nesta administração, fizemos outra documentação em 03 março. Em fevereiro também, fizemos mais uma documentação para que fosse retomada a obra. Até o presente momento, não tivemos nenhum retorno por parte da empresa, nem para dar satisfação ou para dizer de algum problema que a empresa tenha e que a administração possa ajudar. Esta é a realidade e temos documentação que comprova tudo isso. A administração preocupada com isso, tem feito estas notificações e na data de hoje a empresa foi novamente notificada para retomar a obra. No dia 7 de março último, fizemos uma documentação à Secretaria da

Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Av. Jerônimo Gonçalves 1200 - Ribeirão Preto / SP - Caixa postal 315 - CEP

EP 14010-040



### Estado de São Paulo

Administração para que a empresa fosse notificada e inclusive, punida, pela falta de compromisso e pela desídia com a obra e pelo seu abandono, informou o Secretário.

Demonstrando muita preocupação, diante das informações trazidas pelo Sr. Secretário, o Vereador Maraca, Presidente desta CEE, disse que o proprietário da obra esteve aqui, no dia 21 de fevereiro e contou muita coisa que agora cai por terra, pois terminamos aquela reunião com esperanças, pois ele afirmou textualmente que a parte liberada eles terminariam em poucos dias e se a Prefeitura ajudasse, até agosto eles entregariam da Anhanguera até a Igreja. "Pergunto, ainda, quantas notificações a Prefeitura já fez para a empresa e se a intenção da Prefeitura, após multar a empresa, será partir para o rompimento do contrato?"

Diz o senhor Secretário, que a intenção da Prefeitura é que a empresa retome a obra, pois não querem prejudicar nem a empresa e nem a cidade, o que querem é a obra pronta. E caso ela não faça isso, se não tiverem capacidade para continuar, tomarão as medidas para romper este contrato e contratar outra empresa que tenha condições de continuar e entregar a obra pronta. "Realmente, como você mencionou, isto é a ponta do iceberg. São 52 quilômetros que estão colocados no Plano de Mobilidade Urbana de Ribeirão Preto. A Avenida Mugnato são apenas 5 km. É o começo e não podemos deixar começar errado como começou. Faz parte do corredor norte sul que começa pela Magnato Marincek e vem pelas avenidas Recife, Thomaz Alberto Whatelly, Brasil, Mogiana, Paschoal Innechi, Meira Junior, Independência e vai sair lá no Ribeirão Shopping. Na realidade, o que queremos é que a empresa retome a obra e se ela não fizer isso, a resposta é sim. Vamos colocar uma outra empresa que possa fazer isso".

O vereador Bertinho, pergunta se não seria o caso da Prefeitura, fixar um prazo para a retomada da obra e o Sr. Secretário diz que é



### Estado de São Paulo

exatamente o que farão. O Vereador Maraca, diz que essa CEE também torcia para que esta empresa retomasse os trabalhos e concluísse a obra, mas estamos vendo que isso não vai acontecer.

Pergunta o Vereador Maraca, se entre os moradores presentes, existe alguém que tem área que já foi ou será desapropriada para a passagem da avenida. Dentre os presentes, encontrava-se presente o Sr. Galego. Fez esta pergunta porque aquela obra que totalizará aproximadamente 5 quilômetros e a empresa apenas iniciou as obras em 1 km e pelo meio do trecho.

Pergunta ainda o vereador Maraca se a empresa retomasse hoje, ela teria como trabalhar, tendo em vista que falta desapropriar vários terrenos, há pendências com a CPFL que é de responsabilidade da Prefeitura. O Sr. Secretário, diz que sim, tem várias coisas que poderiam ser feitas. "A Prefeitura já autorizou, através da Secretaria da Fazenda, verba para pagar as desapropriações e também está providenciando o pagamento para a CPFL, para a recolocação dos postes. Nestes três meses de mandato, não ficamos parados. Estamos fazendo agora o que deveria ter sido feito antes de iniciar a obra. Mas, não foi feito e estamos agora correndo atrás porque a nossa intenção e desejo é terminar essa obra".

O Vereador Maurício da Vila Abranches, disse que lamentavelmente, faltou fiscalização, gestão e competência. Entende que dificilmente essa empresa conseguirá terminar a obra. Em seguida usou a palavra o Vereador Elizeu Rocha, perguntou se depois de 3 notificações, quantas mais teremos que esperar, para que possamos encerrar o contrato e dar uma satisfação para a população do bairro.

Em resposta, disse o Sr. Secretário, que em 7 de março último, fizemos um encaminhamento de documentação à Secretaria de Administração, com



### Estado de São Paulo

a orientação do departamento jurídico, já fundamentando um início de rompimento, inclusive fixando multa. "Volto a reafirmar, que a nossa intenção é que a empresa retome a obra, mas se esta não tiver competência para tal, o contrato será rompido. Este é o nosso objetivo".

Pergunta o Vereador Maraca, se o Secretário poderia fixar um prazo para a resolução do problema e em resposta, diz que não pode.

Em seguida, o vereador Maraca diz que fará agora um pedido para o Secretário da Infraestrutura e para a Transerp, que possa dar uma atenção especial, com a operação tapa buracos, para minimizar os problemas dos moradores.

O vereador Bertinho Scandiuzzi, pergunta se todo o trabalho feito até aqui, foi pago pela prefeitura? Responde o Sr. Secretário que a empresa já recebeu pelas primeiras 4 medições feitas. "Apresentou a empresa, três outras medições, mas estas não foram pagas, porque os trabalhos não foram executados".

Diz o vereador Bertinho Scandiuzzi, que parece que esta empresa gosta de criar casos e está mal intencionada. Já participaram desta licitação por decisão judicial, isto porque a empresa já tinha dado problema em obra do Jardim Itaú. "Então não resta alternativa a não ser romper o contrato".

O Sr. Galego, morador do Bairro, disse que hoje de manhã, apareceram funcionários querendo a chave do imóvel alugado e embora ele nãos tenha dado, percebeu que a empresa quer voltar a fazer a obra.

Disse ainda o Vereador Elizeu Rocha, saber das dificuldades em se proceder a rescisão de um contrato e que tem preocupação que a empresa entre na Justiça e que esta obra fique realmente parada. Na opinião do vereador, seria melhor fazer um acordo com a empresa, tendo em vista que a demora de uma

Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Av. Jerônimo Gonçalves 1200 – Ribeirão Preto / SP – Caixa postal 315 – CEP 14010-040



#### Estado de São Paulo

demanda judicial, prejudicaria ainda mais a população e a cidade. Isto porque, se a empresa não aceitar por bem em rescindir o contrato, a administração terá que aguardar o fim da demanda para fazer nova licitação.

Disse o Secretário, que já se reuniu com a empresa por duas vezes e tentou de tudo para que eles retomassem a obra e eles sempre manifestam que vão prosseguir, mas não viram essa boa vontade.

Disse ainda o vereador Bertinho Scandiuzzi que sugere que esta CEE seja transformada em CPI para que possamos convocar as pessoas a virem depor, pois na CEE só podemos convidar. Disse o Presidente da CEE que vamos deliberar sobre isso.

Solicita o Vereador Elizeu que as próximas notificações feitas à empresa, seja dado prazo para resposta, sob pena de medidas judiciais, com o que se comprometeu o senhor Secretário.

Em seguida a palavra foi passada para os moradores presentes e o primeiro a se manifestar foi o Presidente da Associação dos Moradores, senhor Luiz Carlos França. Inicia manifestando que a administração passada efetivamente não queria esta obra. O que eles queriam era uma empresa que repassasse o dinheiro para fazer campanha. "O que eu quero inicialmente saber é se esta administração quer esta obra? Segunda pergunta, é sobre a questão da Anhanguera, a questão dos projetos e complementando quero lembrar que na reunião que tivemos com o senhor, solicitamos a operação tapa buracos, porque a via está intransitável e o trânsito caótico. Então gostaria que o senhor se comprometesse a resolver este problema com urgência. Outra pergunta é se for rompido o contrato com a empresa, será necessário fazer nova licitação, ou pode chamar a segunda colocada e qual o prazo para isso?"

Câmara Municipal de Ribeirão Preto



#### Estado de São Paulo

O senhor secretário responde que a obra foi contratada por inteiro e assim ela deverá ser entregue. "A questão da Anhanguera, estamos correndo atrás, pois, deveria constar no contrato essa integração, pois, isso é de competência da ARTESP e consequentemente, por concessão, a ARTERIS que hoje é a dona da via norte. Um complicador é que a via norte perdeu a concorrência para explorar isso por mais um tempo. Ela só ficará até fevereiro de 2018 e não fará a obra porque perdeu o contrato. Estamos providenciando os orçamentos para os estudos de feitura de estudo tráfego para impacto neste acesso e verificar qual seria a obra que deveria ser feita naquele local. Isso já deveria estar feito, mas não foi. Os projetos são longos e ainda não deram entrada. Os projetos ambientais, temos conversado com os Secretários do Meio Ambiente e do DAEE, sobre a outorga e todas as licenças ambientais e estamos acompanhando e tentando dar um andamento mais célere, mas a responsabilidade é da empresa. Dessa forma, estamos acompanhando para o que precisar da prefeitura, possamos estar ajudando. Com relação a questão de pavimentação, vou encaminhar para atender da melhor maneira possível. Com relação a questão de um possível rompimento, não posso entrar no mérito da questão pois está sendo estudado e analisado pela Secretaria da Administração".

Foi ainda dada a palavra ao morador do bairro das Palmeiras, senhor Domingos Galego. Disse que mora no bairro das Palmeiras há 40 anos e este bairro é completamente esquecido. Não tem esgoto, não tem nada. Tenho uma área de 7 mil metros, e que ainda não recebeu o valor da desapropriação. Disse que funcionários da Prime estiveram hoje lá, querendo alugar o imóvel e ele se negou pois, eles já ocuparam o imóvel por nove meses e nunca pagaram por isso. Mas teve a impressão de que eles estão querendo retomar a obra.

Em seguida, fez uso da palavra o senhor Rubens, morador do condomínio Casa Grande, que pediu ao Senhor Secretário que olhasse mais para complexo Ribeirão Verde. "Onde mora as ruas são de terra e precisamos de

Câmara Municipal de Ribeirão Preto



#### Estado de São Paulo

manutenção periódica. A Prefeitura tem esta máquina, moto niveladora e o custo é zero. Falou também Jonatas, morador do Ribeirão Verde e reclamou dos buracos". Disse que tem ruas que passam ônibus e já faz mais de um ano que estamos pedindo providências para tapar os buracos.

Por fim, o vereador Maraca faz uma última pergunta sobre o estudo de tráfego, gostaria de saber de quem é a responsabilidade. Disse o senhor secretário que realmente não constou do contrato como responsabilidade da empresa e a prefeitura vai se responsabilizar e será feito. Quem faz este projeto é a Secretaria do Planejamento.

#### SÉTIMA REUNIÃO

Em sétima reunião realizada pela Comissão, aos sete dias do mês de junho de 2017, às 11:00, na Sala dos Vereadores no Plenário da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, reuniram-se os membros da Comissão.

Todos presentes, deliberaram sobre a necessidade de ouvir o depoimento do Secretário de Negócios Jurídicos da Prefeitura, para que eles nos informe quais providências foram tomadas ou o porquê que não foram tomadas com relação aos problemas desta obra.

Além do depoimento, entenderam como necessárias algumas diligências terminativas para saber como está o andamento das desapropriações e se já foram retirados os postes e os fios pela CPFL. "Devemos expedir ofícios com o mesmo teor para a Prefeitura e para a CPFL, tendo em vista a divergência de informações, pois, a Prefeitura diz que já pagou a primeira parcela e a CPFL diz que ainda não recebeu", aduziu o Presidente.



### Estado de São Paulo

Diz ainda o presidente desta CEE, Vereador Alessandro Maraca, que após essas providências, o processo já estará definitivamente sanado, podendo ser elaborado relatório final.

Todos os membros concordaram com as propostas do Presidente. Ficou agendada reunião para ouvir o Secretário dos Negócios Jurídicos, para o dia 14 de junho de 2017, às 15:30, na Sala de Comissões desta Casa.

#### OITAVA REUNIÃO

Em oitava reunião realizada pela Comissão, aos quatorze dias do mês de junho de 2017, às 15:30 h. no Plenário da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, reuniram-se todos os membros.

O Vereador Alessandro Maraca inicia os trabalhos, cumprimentando e agradecendo a presença de todos, e diz que a reunião do dia, destina-se a ouvir os esclarecimentos do Sr. Secretário dos Negócios Jurídicos do Município, hoje representado pelo Dr. Marcelo Mazzei.

Antes de iniciar o depoimento, o Presidente da CEE agradece a todos os presentes e também pelos ofícios recebidos dos Vereadores Maurício Gasparini e Maurício da Vila Abranches que por não poderem comparecer enviaram representantes.

Agradece ainda, aos Vereadores membros desta CEE, Elizeu Rocha e Bertinho Scandiuzzi, que participam decisivamente deste trabalho.

Esclarece, ainda, o Presidente da CEE, que hoje pela manhã esteve no local da obra e é lamentável o que presenciou. Estavam lá uns 3 funcionários, com algumas ferramentas e mais parecia uma construção de uma casa do que uma obra daquela envergadura, avaliada em mais de R\$ 27.000.000,00.

Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Av. Jerônimo Gonçalves 1200 – Ribeirão Preto / SP – Caixa postal 315 – CEP 14010-040



### Estado de São Paulo

A empresa tem alegado que não está recebendo, mas não dá para entender, pois, após feita a medição, o dinheiro, que é uma verba carimbada, é imediatamente liberada, pois já está disponível. "A última medição entregue foi em novembro de 2016 e isso é outra coisa que não dá para entender. Quero ainda lembrar a todos, que no início do ano, o proprietário da Prime esteve aqui e disse que o que atrapalhou o andamento das obras foi a Operação Sevandija e também o período de chuvas. Mas ele prometeu que o trecho da igrejinha até a Anhanguera seria entregue até agosto deste ano. E nós acreditamos, mas hoje estamos vendo que a chuva parou, tudo voltou ao normal, mas a obra não foi retomada. O que tem lá é uma máquina atrás da igreja fazendo um tipo de terraplanagem e um galão com algumas ferramentas dentro. Nos dá a impressão que a empresa mantém alguns funcionários lá para não caracterizar abandono, mas na realidade, a obra está parada mesmo. Fomos informados pela Secretaria de Obras que a empresa fora notificada várias vezes para retomar a obra e finalmente, quando achamos que eles retomariam, nos sentimos enganados, pois a obra continua a passos lentos. E com isso, quem sofre são as pessoas que moram no entorno da obra. Tem o lado da Prefeitura também que tem que ser cobrada, pois, não faz os reparos no asfalto que está caótico, alegando que vai passar uma via nova e com isso estão acontecendo acidentes sérios. Não solucionou ainda o problema das desapropriações e não cuidou de remover os postes. Na verdade, a população está sofrendo demais e precisamos resolver definitivamente e com urgência o problema dessa obra. Na semana passada, fizemos uma reunião interna dos membros da CEE e estávamos decididos a encerrar a comissão e apresentar o relatório sugerindo o rompimento do contrato e remetendo ao Ministério Público o relatório contendo todas as irregularidades que encontramos, mas, por sugestão da Dra. Juliana, decidimos marcar mais uma reunião para ouvir a Secretaria dos Negócios Jurídicos, para saber o que foi feito até agora e se a Prefeitura pode ter algum prejuízo com o rompimento do contrato".



Em seguida, foi dada a palavra ao Vereador Bertinho Scandiuzzi que iniciou cumprimentando a todos os presentes, parabenizou o Vereador Maraca pela condução desta Comissão e agradeceu ao Dr. Marcelo Mazzei por ter comparecido a esta reunião para nos trazer informações, porque estamos vendo que esta empresa não tem solução e precisamos também que o governo faça sua parte.

Em seguida, passou a palavra ao Vereador Elizeu Rocha que cumprimentou a todos e disse que o objetivo dessa Comissão foi de agilizar a obra e cobrar do executivo as providências para o andamento da obra. Disse que realmente, ficou muito desanimado quando compareceu na obra e viu que a empresa estava na verdade tentando enganar os vereadores, pois, nenhuma obra se faz com uma carriola, uma pá e três funcionários.

Disse que espera do representante da Prefeitura, uma posição firme porque não estamos aqui para ser enrolados e enganados. Precisamos de um governo que tome posição séria, pois é isso que o povo espera dos governantes.

Em seguida e antes de passar a ouvir o representante do Secretário dos Negócios Jurídicos, o Presidente desta CEE, Vereador Alessandro Maraca diz que esta Comissão, sempre ficou na expectativa, imaginando que o governo não estava cumprindo sua parte, mas quando fomos tomando conhecimento do que estava acontecendo, vimos que quem não está cumprindo é a empresa.

Em seguida, o Presidente da CEE pergunta se o Dr. Marcelo Mazzei, se ele é procurador de carreira e pergunta também quais os processos e procedimentos envolvendo a Avenida Antonia Mugnato Marincek, que passaram pela Secretaria dos Negócios Jurídicos?

Câmara Municipal de Ribeirão Preto



### Estado de São Paulo

Em resposta, Dr. Marcelo Mazzei diz que é Procurador de Carreira desde 2008 e que a parte da desapropriação que passou pela Secretaria foram processos administrativos em 2013 e aqueles proprietários que não aceitaram acordo, foram ajuizadas ações de desapropriação com pedido de imissão da posse em 2014.

Informa o Dr. Marcelo que trouxe para ser anexada a essa CEE um relatório de todos os processos administrativos e judiciais, contendo todas as informações, ou seja, áreas, nomes dos proprietários, nº dos processos judiciais e administrativos. Sobre as ações de desapropriação, da igreja até a Anhanguera foram feitos os depósitos judiciais no mês passado.

Alguns Juízes já despacharam, deferindo a imissão da posse. Outros ainda não, mas está bem adiantado, pois conta no despacho que feito o depósito, imita-se na posse. "A Prime tem problemas, pois primeiro alegou o problema dos postes, depois da desapropriação, mas acredito que ela nem sabe delimitar as áreas que foram doadas e já estão à disposição. A Prime quando venceu a licitação, já se suspeitava da falta de habilitação técnica, pois a diferença de preço dela para a segunda colocada foi de alguns milhões. Suspeitava-se que ela iria terceirizar a obra, o que vedado e apenas isso já seria um motivo para romper o contrato, além das outras irregularidades. Algumas áreas, ainda constam como rural e o proprietário precisa dar baixa no Incra, mas este proprietário já nos deu autorização para entrar no imóvel".

Esclarece que os proprietários que doaram as áreas estarão isentos de taxa de contribuição de melhoria e os que foram desapropriados, serão lançados os valores de valorização.



#### Estado de São Paulo

Diz ainda o Vereador Maraca que sabe que a Prime participou desta licitação através de uma liminar e solicita ao depoente o número do processo para que a CEE faça o acompanhamento.

Pergunta ainda o Vereador Maraca, se a Prime ganhar esta ação, se isso interfere na obra. Diz o depoente que não, pois a Prime está com muitas infrações e não estão cumprindo o cronograma de obras.

Diz ainda o Vereador Maraca, que com relação a CPFL, ficou abismado em saber que esta empresa é uma das maiores devedoras do município e não muda os postes se não houver o pagamento.

Pergunta ainda, quais os tramites administrativos e judiciais que já foram feitas contra a Prime. Responde que as notificações foram feitas pela Secretaria de Obras.

Diz ainda, que foi solicitado um relatório, para analisar a lentidão da obra, que será utilizado para a rescisão do contrato.

Maraca pergunta ainda se diante das infrações cometidas pela Prime, como a terceirização, paralisação das obras, parte dos serviços mal feitos, retomada com poucos funcionários além de inúmeras outras irregularidades, a Prefeitura já teria elementos suficientes para romper este contrato? O procurador responde que sim.

Pergunta ainda se depois que a Secretaria dos Negócios Jurídicos orientou a Secretaria de Obras, para notificar a empresa e diante da inércia da empresa, se já pode ser feita a rescisão do contrato e iniciar uma nova licitação. Diz o Dr. Marcelo Mazzei que sim.

Câmara Municipal de Ribeirão Preto



#### Estado de São Paulo

Em seguida, usa a palavra o Vereador Elizeu Rocha e diz que existem inúmeros trabalhos que poderiam estar sendo feitos, como a ponte que precisa ser feita, mas a empresa não faz por que é incompetente. "Este contrato foi uma fraude, pois serviços para serem feitos existem e eu espero que agora nós consigamos resolver o problema".

Em seguida, usa a palavra o vereador Bertinho Scandiuzzi e pergunta se a Secretaria de Obras precisa de autorização para notificar a empresa e o depoente responde que não precisa de autorização e pelo que sabe, já fez várias notificações e isso já é motivo suficiente para o cancelamento do contrato. "A Prefeitura sabe que esta obra é fundamental para aquela região, pois agrega vários bairros e é um canal de escoamento do trânsito".

Pergunta o Presidente desta CEE, se houver uma nova licitação, quanto tempo duraria após o rompimento do contrato? Responde que se tudo correr bem, demora de 3 a 4 meses. Com relação aos postes da CPFL, disse que o contrato já passou pela Secretaria, mas não sabe se o pagamento já foi feito.

Em seguida, a palavra foi passada para o Vereador Bertinho Scandiuzzi que questiona se a empresa terceirizada tem responsabilidade sobre o serviço feito até agora. Diz o depoente que sim e que isso é fundamental. Diz ainda que quando é apresentada a medição, a Prefeitura analisa o que foi feita e atesta a qualidade do serviço. Diz ainda que além da análise parcial feita a cada medição entregue, também é feita uma análise final na entrega da obra pronta e ser for verificado algum fato superveniente ou algum erro, isso pode ser revisto.

Em seguida, a palavra foi passada para o Sérgio Zorbinato, morador do Ribeirão Verde que iniciou agradecendo e parabenizando os membros da comissão pelo empenho que estão tendo pelos moradores. Disse que a pergunta

Câmara Municipal de Ribeirão Preto



### Estado de São Paulo

seria em relação ao tempo que demoraria para reiniciar a obra, mas o Vereador Maraca já fez esta pergunta. Pergunta se teria uma maneira da empresa ser mais transparentes com relação ao cronograma das obras.

Sobre isso, o Presidente da CEE, Vereador Alessandro Maraca, diz que poderia até notificar a empresa para apresentar este cronograma, mas tem certeza de que eles não vão fornecer, pois, até o que eles prometeram aqui na CEE eles não cumpriram.

Em seguida, passou a palavra para a moradora Érica que justificou a ausência do França que está hospitalizado e diz que desde a última reunião já ouvimos que a empresa não estava trabalhando e que o contrato seria rompido, mas até hoje estamos na mesma situação e eu espero que a Prefeitura esteja fiscalizando tudo isso e tome uma decisão rápida.

O vereador Bertinho Scandiuzzi, diz que já temos motivos de sobra para o rompimento desse contrato e pedimos urgência para que isso seja feito. Já temos a experiência com essa empresa com relação ao Jardim Itaú. Diz o Dr. Marcelo Mazzei que a secretaria de obras precisa reunir provas específicas para não corrermos risco de um revés judicial.

O vereador Bertinho Scandiuzzi sugere que esta CEE marque uma reunião com as duas partes, fazendo uma espécie de acareação, pois a empresa culpa a Prefeitura de não ter feito as desapropriações, de não retirar os postes e a Prefeitura culpa a empresa por paralisar a obra mesmo tendo muito serviço que poderia estar sendo feito.

O Vereador Maraca, entende que esta reunião não trará efeito prático, pois esta empresa já esteve aqui e nos prometeu coisas e não cumpriu. Isso só atrasaria ainda mais. A sugestão do Presidente é de que esta CEE já faça o

Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Av. Jerônimo Gonçalves 1200 – Ribeirão Preto / SP – Caixa postal 315 – CEP 14010-040



### Estado de São Paulo

relatório final e sugira o cancelamento do contrato. Será deliberado ao final esse assunto.

Em seguida, usou a palavra o morador Luiz que diz que isso precisa encerrar logo. Em seguida, usou a palavra o Felipe e diz que acredita que essa empresa não fará mais nada, pois eles ficam na maior parte do tempo atrás da igreja e nós temos imagens de que eles não estão trabalhando. "Cada hora que alguém vai lá eles estão atrás da igreja. Temos muitas imagens que demonstram que eles estão enrolando". Diz ainda o Felipe que há cinco meses ele e o França estiveram na Secretaria de Obras e o Coronel disse que em uma semana mandaria uma equipe para tapar os buracos e até hoje não mandou ninguém.

Em seguida, usou a palavra o morador do loteamento Cruzeiro do Sul, Carlos Alberto Faleiros, representante do loteamento Cruzeiro do Sul e ele diz que percebe que precisaria de mais integração entre a empresa, a Prefeitura e esta Comissão. "O que percebo é que temos que procurar o mesmo caminho e ver o que realmente está acontecendo. Precisamos saber se a Prefeitura já pagou as indenizações, se eles já foram avisados das áreas que já estão liberadas. Eu não consigo entender porque a empresa não faria uma obra que ela vai ganhar com isso. O morador insiste que precisamos ajudar a resolver os problemas e não arrumar mais problemas e acha que realmente deveria ser feita uma acareação para saber quem está com a razão".

Em seguida, usou a palavra o morador Jonatas que pergunta ao Presidente Maraca sobre os processos dos postes, onde tem cabos de outras empresas como Vivo, Net e outros e este responde que a responsabilidade é da CPFL. Em seguida a Érica diz que quem deve uma resposta para a população é a Prefeitura e é ela que precisa tomar uma decisão com urgência porque o povo não

Câmara Municipal de Ribeirão Preto

C.M.R.P



### Estado de São Paulo

aguenta mais. O Carlos diz novamente que seria necessária uma força tarefa para resolver a questão.

O Presidente da CEE Vereador Alessandra Maraca pede licença aos presentes e suspende a reunião por cinco minutos para reunir os membros da CEE e deliberar sobre o andamento da comissão.

Em seguida, o Presidente retoma a reunião e diz que a ideia do vereador Bertinho Scandiuzzi de reunir as duas partes é muito boa, mas esclarece que pela urgência que as coisas precisam acontecer, esta comissão deliberou que encerrará as oitivas e fará o relatório que deverá ser apresentado na próxima sessão desta Casa de Leis, opinando pelo cancelamento do contrato e a abertura de um novo processo licitatório e após ser lido e aprovado por esta Casa, enviaremos para a Secretaria de Obras, com cópia para a Secretaria dos Negócios Jurídicos e Secretaria da Administração, bem como para ao Ministério Público para que seja instaurado um Inquérito Civil para apurar as responsabilidades. Faremos isso com pesar, pois, durante todo o tempo tínhamos esperanças que a empresa retomasse a obra e avançasse. Vamos também apontar algumas falhas do próprio poder público.

Por fim, agradece a presença do Dr. Marcelo Mazzei que compareceu a esta reunião e trouxe informações e esclarecimentos importantes.

Em seguida o vereador Bertinho Scandiuzzi agradece e parabeniza esta CEE, os moradores e o Dr. Marcelo Mazzei pela contribuição com os trabalhos.

Ainda, pede a palavra o Sr. Hélio, que diz ser do Rio Grande do Sul e diz que na outra reunião já disse que esta é uma empresa inidônea e esta é uma prática desta empresa e na realidade já deveria ter sido banida, pois estamos perdendo tempo.

Câmara Municipal de Ribeirão Preto



### Estado de São Paulo

Em seguida, usou a palavra o vereador Elizeu Rocha que parabeniza o Presidente desta CEE pela brilhante iniciativa, agradece ao vereador Bertinho pelo companheirismo e a todos os moradores que estão lutando. Quer esclarecer a todos que a nossa luta não terminará com a apresentação do relatório e o final desta CEE, mas vão continuar juntos lutando para reiniciar a obra o mais rápido possível. "Precisamos também cobrar do Judiciário, pois essa empresa só está lá por uma liminar concedida e ela nada fez". Finalmente o presidente desta CEE solicita a juntada de documento trazida pelo Dr. Marcelo Mazzei, uma relação de todos os processos de desapropriações daquela área.

#### IV. DA DOCUMENTAÇÃO ANEXA

Com a finalidade de instruir e melhor esclarecer os fatos que envolvem o objeto desta CEE, foram expedidos diversos ofícios por esta Comissão, solicitando documentos e esclarecimentos.

Assim, além dos inúmeros ofícios e respectivas respostas, compõem os autos da Comissão os seguintes documentos:

- Matérias Jornalísticas envolvendo o assunto estudado por esta CEE;
- Mídias de DVD contendo a gravação das reuniões realizadas pela Comissão;
- Edital de concorrência nº 0004/2016 / Processo de compras nº 0092/2016;



### Estado de São Paulo

- Contrato nº 102/2016 - contrato de obras (contratação de empresa especializada em engenharia para a elaboração de projetos executivos e a execução das obras de pavimentação e duplicação da Av. Mugnatto Marincek entre a Rodovia Anhanguera e Rua José Malvaso no Jardim Antônio Palocci) que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto e a Prime Infraestrutura S.A.;

Notificação - prestação de serviços - providências urgentes
 enviado pelo então Secretário de Obras, Engenheiro Abranche Fuad Abdo, à
 Prime Infraestrutura S.A., em 07 de dezembro de 2016, solicitando medidas urgentes com a finalidade de garantir a qualidade dos serviços executados, condicionando o atendimento das medidas solicitadas às próximas medições (ofício 66/2016).

- Outra notificação endereçada à Prime, por via do ofício nº 365/2016 - SOP-S, também de 07 de dezembro de 2016, alertando acerca das interferências com os órgãos competentes (DAERP, CPFL, GÁS BRASILIANO, TELEFÔNICA, ETC); meio ambiente (quanto as extrações de árvores, vegetações); quanto as valetas abertas - sinalização; boletins dos ensaios realizados pela empresa contratada pela Prime, dentre outros (fl. 82/83).

- Notificação acerca da pavimentação asfáltica, onde os trechos a serem pavimentados deverão ser antes comunicados, além de outras secretarias, também ao DAERP (fl. 84);
  - Cópia de boletim de ocorrência de ameaça realizada (fl. 86);
- Cópia de inteiro teor do processo de contratação da empresa para execução das obras (fl. 143/231);



#### Estado de São Paulo

Lista de processos de desapropriação da Avenida Antônia
 Mugnatto Marincek, conforme decreto nº 253/2013.

#### V. CONCLUSÃO

Com este enfoque, esta Comissão promoveu oito reuniões nas quais foi proporcionado amplo debate e a livre exposição de fatos, ideias e análises de documentos e legislação, relativos ao objeto estudado.

Foram realizadas oitivas de autoridades e de diversos convidados envolvidos com a questão, também foram colhidos diversos documentos ao longo do desenvolvimento dos trabalhos.

Diante de todos os estudos desenvolvidos, a conclusão que chegou esta Comissão é que há necessidade inequívoca de rescisão contratual com a empresa Prime Infraestrutura S.A por vários descumprimentos, fato já adiantado no ofício 329/2017, de 14 de junho de 2017, no qual, na via paralela a elaboração deste relatório, solicitou-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal que se proceda o máximo de celeridade na referida rescisão contratual, onde o remanescente da obra seja assumido por empresa seguinte à vencedora do certame licitatório, nas mesmas condições oferecidas, inclusive quanto ao preço devidamente corrigido, nos termos do artigo 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93 e, no caso de não aceite pela referida empresa, que se elabore novo processo licitatório o mais breve possível, evidentemente visando cessar os numerosos percalços que afligem mais de 70 mil pessoas que fazem uso da importante via de acesso ao complexo Ribeirão Verde.

Para tanto, torna-se oportuno e pertinente apresentar as

C.M.R.P

seguintes conclusões:

Câmara Municipal de Ribeirão Preto



### Estado de São Paulo

- A empresa Prime Infraestrutura S.A., desde o nascedouro do certame licitatório para a duplicação da Avenida Antônia Mugnatto Marincek, apresentou problemas; em outros termos, Comissão de Licitação fez a impugnação seis (6) dias antes de apresentar os envelopes e, por via judicial, liminarmente, a empresa participou da concorrência com proposta aquém do exequível, preocupando preliminarmente a municipalidade por já ter apresentado problemas em outras obras no município, a exemplo das realizadas no Jardim Itaú.

- Atrasos e procrastinações nas obras foram evidenciados pela Comissão no transcorrer dos trabalhos; primeiro sob a justificativa pela empresa de que as chuvas e a operação sevandija atrapalharam o bom andamento; segundo, declarou que medidas como desapropriações, remoções e deslocamentos de postes e fiações não haviam sido solicitados pelo Executivo e pagos.

 Não obstante, alguns trechos importantes, inclusive de áreas de propriedade da municipalidade, absolutamente livres para a execução dos trabalhos, não foram aproveitados para ensejar eficiência pela empresa na execução da obra.

- Por outro lado, quando questionado à CPFL acerca da atuação situação quanto à retirada de fios e postes, ou seja, os pagamentos que foram realizados pela Prefeitura à CPFL, bem como, os serviços executados até o momento - prazo/cronograma, em resposta assinada pelo Ilustre Consultor de Negócios Marcos Mielo, protocolizada na Câmara no último dia 20, mencionou que: "a nova Administração Municipal (gestão 2017/2020) solicitou reorçamento, apresentamos o custo atualizado de R\$ 492.810,42 através da Carta Contrato no 38071 em 20/01/2017 (cópia anexa) e com nova validade de 60 dias", ainda, aduziu que "como há valor significativa por conta de remoção de equipamentos dos ocupantes, principalmente da Telefônica, pediram um novo orçamento expurgando estes valores, isso tudo em razão de existir legislação ou instrumento municipal que



#### Estado de São Paulo

dá caráter provisório de ocupação do espaço público pelas empresas de telefonia", mencionou que o "município notificou os ocupantes da nossa rede local (Telefônica e Claro) para remoção sem custos", diz que apresentaram novo orçamento pelo protocolo/atividade nº 229998171 e custo de R\$ 246.661,13 através da Carta Contrato nº 41321 em 31/03/2017 (cópia anexa). Ainda, concluiu que deste novo orçamento, solicitaram à Prefeitura que apresentasse o "de acordo" desses ocupantes que executariam a remoção dos seus equipamentos sem custo, mencionando que isso ocorreu somente após sua validade de 60 dias, o que obrigou à CPFL a reorçar o custo da obra, onde apresentaram novo custo, que permaneceu com o mesmo valor do último apresentado, através da Carta Contrato nº 44611, em 02 de junho de 2017 (cópia também anexada); concluiu que até o momento a Prefeitura não pagou este custo apresentado e sua validade expira em 02 de agosto de 2017.

- No que concerne às desapropriações, em oitiva do representante da Secretaria de Negócios Jurídicos, Procurador Dr. Marcelo Mazzei, informa que as desapropriações que passou pela secretaria foram processos administrativos em 2013 e aqueles proprietários que não aceitaram acordo, foram ajuizadas ações de desapropriação com pedido de imissão da posse em 2014, consoante lista anexa aos autos. Aduziu que sobre as ações de desapropriação, da igreja até a Anhanguera foram feitos os depósitos judiciais no mês passado. Alguns Juízes já despacharam, deferindo a imissão da posse. Outros ainda não, mas está bem adiantado.

- A empresa alegou falta de medições e consequente pagamento para dar andamento nas obras; inobstante tenha recebido notificações do Executivo para sanar inúmeras problemáticas estruturais negligenciadas pela empresa no transcorrer da obra; situação onde o reparo ficou condicionado, prudentemente, a continuidade de pagamento e medições.

Câmara Municipal de Ribeirão Preto



#### Estado de São Paulo

- Nos poucos momentos em que a obra não estava paralisada, a movimentação percebida era insignificante se considerada a magnitude e complexidade da duplicação da Avenida. A situação verificada, inclusive *in loco* pelos membros desta Comissão, é de procrastinação e encenação de labuta por parte da empresa: pequenos montes de terras sendo transportados de um lado para o outro sem critério; tratando-se de disparate, pois, numa obra de dezenas de milhões de reais, poucos homens realizavam o trabalho, com enxadas e pás, concluindo-se pela absoluta falta de estrutura e organização por parte da empresa.

- Solicitações tangentes à iniciação de serviços e verificação nos órgãos competentes, tais como DAERP, CPFL, Gás Brasiliano, Telefônica, bem como, interferências no meio ambiente, sinalização e isolamento de valetas, controles tecnológicos de qualidade, apresentação de atestado técnico dos tubos de concreto (NBR 8890/2007) para rede de galeria de águas pluviais; interdições totais ou parciais de vias à Transerp; todas são de responsabilidade da empresa e não foram apresentados à Comissão.

 Inclusive, um dos trechos da obra está interditado, salvo melhor juízo, indevidamente com terras obstando o trânsito sem as sinalizações adequadas. O fato foi objeto de requerimento à municipalidade aprovado em Sessão Ordinária na Casa, buscando sanar essa problemática que pode ocasionar acidentes, sobretudo no período noturno e por ser parte paralela de acesso aos condomínios da localidade.

- Verificou-se a falta de agentes de trânsito nos horários de pico compreendidos das 06h às 08h e das 17h às 19h e, preocupados com a problemática, proposituras foram apresentadas buscando salvaguardar àqueles que transitam na localidade, solicitando-se a "manutenção de agentes de trânsito atuando na entrada e saída do complexo Ribeirão Verde", requerimento de 21 de fevereiro de 2017, e "ações dos agentes de trânsito para controlar o alto fluxo de fevereiro de 2017, e "ações dos agentes de trânsito para controlar o alto fluxo de fevereiro de 2017, e "ações dos agentes de trânsito para controlar o alto fluxo de fevereiro de 2017, e "ações dos agentes de trânsito para controlar o alto fluxo de fevereiro de 2017, e "ações dos agentes de trânsito para controlar o alto fluxo de fevereiro de 2017, e "ações dos agentes de trânsito para controlar o alto fluxo de fevereiro de 2017, e "ações dos agentes de trânsito para controlar o alto fluxo de fevereiro de 2017, e "ações dos agentes de trânsito para controlar o alto fluxo de fevereiro de 2017, e "ações dos agentes de trânsito para controlar o alto fluxo de fevereiro de 2017, e "ações dos agentes de trânsito para controlar o alto fluxo de fevereiro de 2017, e "ações dos agentes de trânsito para controlar o alto fluxo de fevereiro de 2017, e "ações dos agentes de trânsito para controlar o alto fluxo de fevereiro de 2017, e "ações dos agentes de trânsito para controlar o alto fluxo de fevereiro de 2017, e "ações dos agentes de trânsito para controlar o alto fluxo de fevereiro de 2017, e "ações dos agentes de trânsito para controlar o alto fluxo de fevereiro de 2017, e "ações dos agentes de trânsito para controlar o alto fluxo de fevereiro de 2017, e "ações dos agentes de trânsito para controlar o alto fluxo de fevereiro de 2017, e "ações dos agentes de trânsito para controlar o alto fluxo de fevereiro de f



### Estado de São Paulo

veículos na Avenida Antônia Mugnatto Marincek", em especial no cruzamento com a Rua Emygdio Rosseto, requerimento de 14 de fevereiro de 2017; ainda, a Comissão chegou a se reunir no dia 19 de maio de 2017 com o Ilustríssimo Senhor Superintendente da Transerp, Antônio Carlos de Oliveira Júnior, o qual se comprometeu em disponibilizar Agentes Civis de Trânsito nos horários de maior fluxo, notadamente visando disciplinar o trânsito e a segurança dos condutores de veículos e pedestres. Como as ações por parte da Transerp não foram tomadas, esta Comissão oficiou o Promotor de Justiça da Cidadania de Ribeirão Preto, Dr. Sebastião Sérgio da Silveira, para que fizesse intervenção em favor da população, especificamente para que a Transerp cumpra suas obrigações legalmente estabelecidas, determinando-se a manutenção dos Agentes Civis de Trânsito nos horários de pico (fl. 236/237).

#### VI. DOS ENCAMINHAMENTOS E DESDOBRAMENTOS

Ante o exposto no presente relatório final da CEE que visa acompanhar as obras que envolvem a duplicação da Avenida Antônia Mugnatto Marincek (Req. nº 41.741/16 - Alessandro Maraca), mister se faz o encaminhamento do presente estudo e os seguintes desdobramentos:

- Aplicação das sanções à Prime Infraestrutura S.A. por descumprimentos contratuais, consoante disposições do Edital e penalidades previstas na Lei 8.666/93, especificamente:

1 – Rescisão unilateral do contrato com embasamento no inciso II do artigo 58, incisos I, II e V do artigo 78 e inciso I do artigo 79, ambos da Lei Federal nº 8.666/93;



### Estado de São Paulo

- 2 Aplicação de multa, nos termos do inciso II do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e prevista no subitem 5.5.3.1 do edital (correspondente à multa de 10% do valor global do contrato);
- 3 Retenção de créditos com embasamento no inciso IV do artigo 80 da Lei Federal nº 8.666/93;
- 4 Execução de garantia contratual com embasamento no inciso III do artigo 80 da Lei Federal nº 8.666/93;
- 5 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses consoante disposição do inciso III do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.
- Que a municipalidade torne eficiente as desapropriações, buscando também agilidade na transação com CPFL e demais empresas para remover e deslocar os fios e postes, observando, também, notadamente via Transerp, o controle de fluxo de veículos nos horários de pico, conforme requerido em Plenário e oficiado ao Ilustre representante do Ministério Público.
- Que se proceda celeridade máxima na referida rescisão contratual, onde o remanescente da obra seja assumido por empresa seguinte à vencedora do certame licitatório, nas mesmas condições oferecidas, inclusive quanto ao preço devidamente corrigido, nos termos do artigo 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93 e, no caso de não aceite pela referida empresa, que se elabore novo processo licitatório o mais breve possível, evidentemente visando cessar os numerosos percalços que afligem milhares de pessoas do complexo Ribeirão Verde

Nestes termos, estas são as razões conclusivas que fundamentam o respectivo **RELATÓRIO FINAL** que após ser apresentado ao

Câmara Municipal de Ribeirão Preto



### Estado de São Paulo

Douto Plenário desta Egrégia Casa de Leis, seja remetido ao Ministério Público Estadual, para que sirva de subsídios para auxiliar na elucidação de eventual apuração de responsabilidades, bem como ao Poder Executivo local, como instrumento conclusivo acerca da necessidade de rescisão contratual com a empresa Prime Infraestrutura S.A, observando-se os desdobramentos e encaminhamentos acima mencionados.

Ribeirão Preto, 22 de junho de 2017

Alessandro Maraca Presidente

Bertinho Scandiuzzi

Membro

Elizeu Rocha

Membro